



Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Geociências

Departamento de Geografia



*Cursos de Master of Business
Administration e as funções
informacionais da cidade de São Paulo*

Trabalho de Conclusão de Curso

Bacharelado em Geografia

Paula Rettl

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Maria Bernardes da Silva

Campinas, SP. Junho de 2013.



Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Geociências

Departamento de Geografia



*Cursos de Master of Business
Administration e as funções
informacionais da cidade de São Paulo*

Monografia de conclusão de curso de graduação apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Adriana Maria Bernardes da Silva, como exigência para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Paula Rettl

Campinas, SP. Junho de 2013.

“O principal é que a ideia vai fazendo seu caminho, lentamente como toda nova ideia não bafejada pela moda; e as próprias resistências à sua afirmação têm o mérito de exigir do estudioso ainda mais estudo e rigor.” (SANTOS, 2009b, p. 10)

Dedico esse primeiro esforço intelectual de mais fôlego ao meu pai (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Concluo essa monografia e, com ela, o curso de bacharelado em geografia, com a satisfação de ter a muitos a quem agradecer. Pela confiança no tema, pelo apoio e orientação atenciosa e rigorosa agradeço à professora Dr^a. Adriana Bernardes.

Pelo trabalho dedicado à preparação de aulas e indicação de textos, agradeço aos professores Dr. Ricardo Castillo e Dr. Márcio Cataia.

Pelas contribuições teóricas, provocações e debates políticos, discussões instigantes e paixão pela geografia e pelas ciências humanas em geral agradeço aos amigos e colegas: Lívia Cangiano, Melissa Steda, Wagner Nabarro, André Pasti, Sérgio Teixeira, Luiza Sassi, Marina Serva, Marina Mattar, Mariana Simonetti, Diego Fontana, Gustavo Teramatsu, Luciano Duarte e Sara Francisco.

Obrigada especial pelo carinho de Bernardo Grilli e de minha família, sempre firme ao meu lado: minha mãe Karin, meus tios Erika, Roland e Giovanni, minha avó Iolanda, minha tia-avó Neusa.

Gostaria também de deixar meus agradecimentos a todos os entrevistados que disponibilizaram seu tempo para o desenvolvimento do presente estudo: professor Dr. James Wright, Ricardo Betti, professor Dr. Fernando Marques, professor Dr. Armando Dal Colletto e professora Dr^a. Marina Heck.

Obrigada pela disposição e ajuda de todos os funcionários do IG e também aos funcionários da biblioteca do IFCH, que sempre foram muito solícitos. Por fim, agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro.

ÍNDICE

	pg.
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Introdução.....	11
1. A ordem atual: o papel da informação.....	14
1.1. O período atual: considerações sobre o estatuto da informação.....	14
1.2. Por um conceito e uma tipologia de informação.....	25
1.3 Trabalho e informação.....	34
2. MBAs e sua função corporativa.....	42
2.1 MBAs: de sua origem em Harvard à consolidação mundial da sigla.....	43
2.2 MBAs no Brasil.....	47
2.3 Contribuição dos MBAs à sustentação e à reprodução do complexo corporativo brasileiro.....	58
3. Divisão Territorial do Trabalho, a função da cidade de São Paulo e a contribuição dos MBAs.....	61
3.1 O trabalho que lida com a informação e a hierarquia espacial.....	62
3.2 São Paulo, um centro de gestão nacional e a contribuição dos MBAs.....	65
Considerações Finais.....	75
Referências Bibliográficas.....	78
Anexos.....	82

SUMÁRIO DE GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1: O “sorriso” do valor agregado (MUDAMBI, 2008 adaptado).....	37
Gráfico 2: Evolução do nº de ingressos no vestibular por dependência administrativa Brasil 1980-1998 (MEC, 2013).....	54
Mapa 1: Distribuição dos melhores MBAs segundo a <i>Financial Times</i>	71
Mapa 2: MBAs no território brasileiro.....	72
Mapa 3: MBAs na cidade de São Paulo.....	73
Quadro 1: As informações: uma primeira tipologia (SILVA, 2001).....	31
Quadro 2: Comparação entre as exigências de credenciamento padrão Brasil e padrão Global da ANAMBA e a resolução sobre pós-graduação <i>latu-sensu</i> do MEC.....	54
Quadro 3: Hierarquização espacial, informação e decisão.....	65
Tabela 1: Ranking da Você S/A de MBAs de 2009 e localização dos cursos.....	52
Tabela 2: Cursos de MBA e escolas de negócios certificadas como padrão global pela ANAMBA.....	56
Tabela 3: quantidade de MBAs listados pelo ranking global de MBAs da <i>financial times</i> de 2012 por país.....	69

SIGLAS

AMBA - Association of MBAs

ANAMBA – Associação Nacional de MBAs

BSB – *Business School* de São Paulo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEO – *Chef Executive Officer*

EA/UFRGS – Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

EAD – Ensino à Distância

FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIA – Fundação Instituto de Administração

INEP – Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa

INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa

KATZ – *University of Pittsburgh KATZ Graduate School*

MBAs – *Master of Business Administration*

MEC – Ministério da Educação

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

USP – Universidade de São Paulo

UTM – Universal Transversa de Mercator

RESUMO

O período atual do capitalismo é caracterizado pela centralidade da variável informação na organização da produção, da vida social e do espaço geográfico. A privatização e controle dessa variável são necessários à manutenção e à reprodução da ordem hegemônica vigente. Observa-se que os objetos técnicos e os agentes que permitem tal controle e privatização das informações encontram-se fortemente concentrados em grandes cidades, como a metrópole de São Paulo, que em função disso centraliza as atividades econômicas e a vida social desenvolvidas em grande parte do território.

Nesse contexto, os cursos de *Master of Business Administration*, conhecidos como *MBAs*, constituem simultaneamente centros que preparam agentes para trabalhar com o controle de informações produtivas sob uma lógica determinada; centros elitizados de encontro e, assim, de formação de novas redes, entre esses mesmos agentes; e, por fim, disseminadores de informações de técnicas de gestão produzidas nas instituições de ensino superior, geralmente privadas, mediante altíssimos custos. Entendemos, assim, que embora a sigla *MBA* seja muitas vezes utilizada de forma equivocada neste país, em razão de seu apelo de mercado, os principais e mais prestigiosos cursos de fato fazem parte de um conjunto de instituições e empresas que processam, produzem e controlam a informação com o objetivo de reproduzir um padrão de acumulação capitalista relacionado a um padrão de organização espacial em que os lugares são hierarquizados de acordo com suas densidades informacionais e técnicas.

Palavras-chave: informação, MBAs, cidade de São Paulo.

ABSTRACT

The current period of the capitalism system is characterized by the centrality of the variable information in the organization of production, of the social life and of geographical space. The privatization and the control of this variable are needed to the maintenance and reproduction of the hegemonic order. The technical objects and the agents that enable this information control and privatization are very concentrated in huge cities. The São Paulo metropolis centralizes the economical activities and the social life developed in a great part of the national territory.

In this context, The Master of Business Administration courses, also known as MBAs, constitute simultaneously: centres that prepare agents to work with productive information controlling and privatization under a determined logic; centres of meeting for an informational elite and, thus, of nets building between these agents; finally disseminators of information that concern, for example, to technics of management, which usually are produced in foreign private institutions. In despite of frequent abusive use the initials "MBA" to designate common specialization courses, there are courses which are named MBA that truly are part of a set of institutions and companies that process, product and control information aiming to support a capitalist accumulation pattern, which is related to a specific way of organizing the space, which is largely characterized by a hierarchy of places that is based on informational density and technics.

Keywords: information, MBAs, São Paulo.

INTRODUÇÃO

“Se, no passado, os nexos que definiam a organização regional eram nexos de energia, cada vez mais, hoje, esses nexos são nexos de informação.” (SANTOS, 2008, p. 46)

As características próprias de um período histórico são expressas de modo uno e diverso manifestando-se nas diferentes instâncias sociais – isto é, na cultura, na sociedade, na economia, nas normas, na maneira de organização política e no espaço geográfico. É nesse sentido que a caracterização e o entendimento desse período centralizado pela variável informação passa, necessariamente, pelo estudo do espaço geográfico, que é condição e condicionante das ações exercidas por diferentes agentes sociais. Esses, por sua vez, imprimem marcas, tanto materiais quanto imateriais, no espaço (SANTOS, 2006).

Pretendemos, no presente trabalho, contribuir para o entendimento deste período a partir da análise dos MBAs sob uma perspectiva geográfica. De fato, este estudo permeia diversas áreas, o que nos fez buscar referências por exemplo, na sociologia, na administração, na economia, na filosofia e no jornalismo. Contudo, este pretende-se um estudo geográfico e portanto sua contribuição pode ser realizada senão a partir da geografia.

Nesse sentido, é necessário em um primeiro momento esclarecer qual é o nosso objeto, de que forma os MBAs constituem um possível objeto de estudo para a geografia.

Entendemos que o objeto da geografia é eminentemente social, sobretudo no período atual, em que a cognoscibilidade do planeta (SANTOS, 2001) estende, ao menos potencialmente, a intencionalidade social a todos os lugares. O geógrafo francês Hildebert Isnard (1982) defende que a ciência e seu constante aperfeiçoamento revelam como o espaço é de fato produto social.

“Ora, o conhecimento científico do espaço passou a ter uma grande importância estratégica; mais do que nunca, com efeito, o espaço é o campo das diferenciações, das contradições, das tensões, das competições, um <<jogo>> entre os grandes sistemas econômicos e políticos que disputam entre si o domínio da terra.” (ISNARD, 1982, p. 12)

A intencionalidade, segundo Milton Santos, parte do sujeito, pois apenas o sujeito tem vida, os objetos são inanimados. Contudo, a intenção não existe sem objeto: assim como coloca Bretano (1935, p, 29), citado por Milton Santos (2006, p. 68), “não há pensamento sem um objeto pensado, nem apetite sem objeto apetecido.”, tampouco há intenção sem um objeto, ou conjunto de objetos, enfocados. A ação intencionada é a projeção da intenção do sujeito e dele mesmo sobre o espaço. O resultado da ação, contudo, não independe do sujeito, pois assim como aponta Santos na seguinte passagem, os objetos condicionam:

“A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos mais adequados. Então, a intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da ciência e de técnica presente do território.” (SANTOS, 2006, p. 94)

Tal relação dialética entre ação e objeto é o que os faz inseparáveis, indissociáveis: objeto e ação não existem um sem o outro, exceto como realidades parciais (SANTOS, 2006, 2008).

Sendo assim, os objetos isoladamente não possuem significado analítico porque os objetos funcionam em sistema, já que sua operacionalidade depende de sua compatibilidade com outros objetos, de maneira que esse conjunto possa cooperar para a execução de uma ação.

O conjunto do sistema de objetos e do sistema de ações, segundo Milton Santos (2006) compõem a totalidade, em que está presente uma lógica universal que está presente tanto na totalidade, quanto na particularidade. Essa lógica está também e principalmente presente na ação, que é o vetor que une a totalidade e a particularidade. Os objetos, assim, por estarem intrinsecamente relacionadas às ações, condicionando-as, são capazes de influenciar a totalidade.

O vetor que, no período atual, disseminaria em escala mundial essa lógica global seria a informação, que por coordenar os eventos nos diferentes lugares seria capaz de construir um acontecer solidário entre os lugares, isto é: uma cooperação entre diferentes pontos esparsos ou contíguos com uma finalidade determinada (SANTOS, 2006, p. 108 – 110).

É nesse sentido que as categorias tradicionais da geografia, a saber: o território, a região, o lugar e a paisagem não podem ser compreendidas em sua condição contemporânea se não considerarmos a variável informação, mas também a técnica e a

ciência. Aos territórios, formados por lugares contíguos ou de lugares em rede (SANTOS, 2008, p. 139), são impostos a fluidez e o tempo de globalização por meio de redes técnicas e fluxos de informações.

Frente a essas questões, Milton Santos (2006) defende que a expressão geográfica do período atual é o meio técnico-científico-informacional, isto é, que as dinâmicas e relações especiais são definidas pela técnica, pela ciência e pela informação. Os subespaços, em tal contexto, são distinguidos por suas densidades técnicas e informacionais. Simultaneamente ao ganho de importância dessas variáveis, as características naturais, como os recursos naturais, perdem importância no que diz respeito à organização espacial da sociedade. Nesse sentido, um dos objetivos deste trabalho é problematizar se os MBAs compõem um dos fatores que definem a densidade informacional de um lugar.

Também buscamos compreender de que forma a disseminação dos MBAs está relacionada à consolidação do período atual, qual é o papel que esses cursos desempenham e de que forma eles reproduzem o motor único (SANTOS, 2006) da contemporaneidade.

1. A ORDEM ATUAL: O PAPEL DA INFORMAÇÃO.

O período contemporâneo do capitalismo é caracterizado pela centralidade da variável informação no “acontecer” de processos ligados às mais diversas instâncias sociais. Embora a produção e distribuição de informações tenham permeado toda a história do capitalismo, é apenas no atual período que a produção, monopolização e privatização da informação são utilizadas como principais estratégias de maximização do lucro (CASTELLS, 1992; DANTAS, 2003).

Dentre tais instâncias sociais encontra-se o espaço geográfico, cuja análise busca, de acordo com o método empregado neste estudo, entender a organização dos sistemas de objetos e de sua operacionalização e movimentação desencadeadas pelos sistemas de ações¹. São exemplos de fenômenos contemporâneos que são passíveis de serem analisados pela geografia: (1) as novas técnicas empregadas em redes de telecomunicação e seus usos; (2) as instituições de ensino e suas finalidades; (3) as migrações da força de trabalho; (4) a dispersão global das etapas produtivas.

Nesta seção, será, primeiramente, analisado o processo que levou à particularização deste momento da história do capitalismo. Posteriormente, serão abordados alguns entendimentos do conceito “informação”. Por fim, discutir-se-á de que forma o espaço geográfico e as características do atual período se relacionam e como esse as expressa.

Pretende-se, a partir desses entendimentos, situar a disseminação e dispersão dos cursos de *Master of Business Administration* como parte dos fatores e processos que, combinados, caracterizam o *período técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2006, p. 238 - 247).

1.1. O período atual: considerações sobre o estatuto da informação

De acordo com Dantas (2003), não há ainda uma explicação (ou um conjunto de explicações) satisfatória(s) sobre o processo de transição para o período contemporâneo. Ademais, é comum que diferentes linhas teóricas denominem o período

¹ O conceito de espaço geográfico como conjunto de sistema de objetos e de sistema de ações foi formulado por Milton Santos (1988; 1996).

contemporâneo de formas diversas, dentre essas diferentes dominações podemos citar: pós-industrial (BELL, 1973) , era informacional² (CASTELLS, 1996), economia da informação³ (MALIN, 1994), pós-modernidade (HARVEY, 1993), terceira onda (TOFFLER, 1980), globalização (IANNI, 1994) e período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006).

Conforme Dantas (2003), a dificuldade de definir as características do período contemporâneo e de explicar sua emergência e consolidação se deve à complexidade do fenômeno e, sobretudo, à inexistência de um distanciamento histórico entre os pesquisadores e seu objeto de estudo. A análise de um fenômeno inacabado é há muito tempo reconhecido pela comunidade científica e por pensadores como uma grande dificuldade.

Os esforços que têm sido feitos, no entanto, sugerem fortemente que a informação e o conhecimento, bem como seus fluxos, sejam variáveis-chaves para a compreensão do atual período e de sua expressão geográfica. A seguir, buscaremos discutir esse processo com base em alguns autores selecionados.

Para Castells (1996, p. 9-10), a origem da geração de formas e processos sociais e espaciais seria a relação entre os modos de produção e modos de desenvolvimento⁴. Ainda, o modo de produção seria definido pelo objetivo que estabelece as diretrizes do processo produtivo e o movimento. Por exemplo, no caso do capitalismo: maximização do lucro dos acionistas; e no caso do “estatismo”⁵: maximização do poder do Estado.

Já os modos de desenvolvimento seriam definidos pela estratégia usada para alcançar os objetivos do modo de produção. Por exemplo, o modo de desenvolvimento agrário associado ao modo de produção capitalista teria como objetivo maximização do lucro dos proprietários de terra e como estratégia a expansão da propriedade, a

² Castells (1996) denomina o período de *informational age*, livremente traduzido como “era informacional”.

³ “Mais precisamente, não se pode dizer que exista uma formulação de sociedade da informação, mas sim uma sociedade que gira em torno de uma economia da informação.” (MALIN, 1994, p. 12)

⁴ Tradução livre dos conceitos de Castells (1988, p. 9-10) de *modes of production* (que, na verdade, tem suas origens como conceito nos textos de economia política de Marx) e *modes of development*.

⁵ Tradução livre de “statism” (CASTELLS, 1988, p. 9).

intensificação do uso de fatores de produção (adubos, sementes, arado, etc.) e do trabalho.

Segundo essa lógica, o capitalismo como modo de produção poderia ser subdividido em três diferentes períodos de acordo com diferentes modos de desenvolvimento adotados em cada um desses, sendo esses, em ordem cronológica: modo de desenvolvimento agrário, industrial e informacional.

Dantas (2003), por outro lado, baseado na teoria dos ciclos de Kondratieff, defende que o capitalismo pode ser dividido em cinco diferentes períodos, chamados por ele de ciclos longos, que podem durar entre 30 e 50 anos e que seriam definidos por crises estruturais. Para o referido autor, cada ciclo longo seria definido por um grupo de indústrias e de tecnologias centrais para a continuidade do crescimento econômico e do desenvolvimento do sistema, um grupo de matérias primas e recursos naturais usados amplamente na produção, condições gerais de mão de obra e arranjos políticos e econômicos que controlariam os pactos e contratos econômicos e sociais (DANTAS, 2003, p.6)

“Diferentemente dos ciclos curtos, cujas possibilidades de expansão, crise e recuperação estão relacionadas às condições da moeda, do crédito e da renda (donde as suas crises seriam crises de realização, ou de “subconsumo”); os ciclos longos se definem por um conjunto de condições sistêmicas que tanto permitem décadas de expansão econômica e melhoria geral das condições de vida e consumo dos trabalhadores (num processo que abarca vários ciclos curtos de expansão e crise; quanto acarretam, a partir de certo ponto, décadas de retração econômica e derrocada geral das condições de vida e consumo dos trabalhadores (igualmente ao longo de muitos ciclos curtos de expansão e crise.” (DANTAS, 2003, p. 6)

Já para Toffler (1980), embora ele não explicita claramente qual é sua metodologia para distinguir os diferentes períodos do capitalismo, existiriam “ondas” caracterizadas por especificidades econômicas, políticas, sociais, culturais e geográficas. Ele se debruça sobre a “segunda onda”, a “terceira onda” e, especialmente, sobre a transição entre essas. Resumidamente, para esse autor, a segunda onda seria caracterizada por sua rigidez, pela sua propensão à concentração e à centralização econômica e política, ao passo que a terceira onda seria fluida, repleta de inovações constantes e de naturezas diversas e possuiria uma certa tendência à dispersão.

Apesar das diferenças metodológicas no que se refere à subdivisão do capitalismo em períodos, esses autores concordam que a partir da década de 1970 começou a ser consolidado um novo período. Ademais, esses autores também

concordam no que se refere à extensão do período precedente, compreendido aproximadamente entre 1940 e 1970, bem como no que diz respeito a algumas de suas principais características.

Para Castells (1996) esse período caracterizar-se-ia pelo modo de desenvolvimento industrial que estaria baseado na estratégia de tornar mais eficiente o uso da energia (produzir mais, com menos) bem como na busca de novas reservas de energia, mas sem mudança na matriz energética, isso é a busca de novas jazidas de petróleo, por exemplo, mas não de novas formas de produção de energia, como atualmente é tentado, por exemplo, por meio de pesquisas em produção de energia baseada no vento, na luz solar ou mesmo em átomos de hidrogênio.

Ademais, o funcionamento do acima mencionado período estaria baseado em uma lógica de massificação da inclusão da população ao capitalismo por meio de estabilidade de emprego, baixas taxas de desemprego, acesso ao consumo e garantia de direitos cidadãos por meio de serviços públicos como sistema de educação e de saúde universais e gratuitos, direito à previdência, seguro desemprego, etc. (TOFFLER, 1980; CASTELLS, 1988; DANTAS, 2003). É preciso, contudo, ressaltar que esse modelo se deu de forma plena apenas na Europa Ocidental e em grande medida nos países desenvolvidos, isso é Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e Japão. Em grande parte desses países a luta sindical teve particular importância para o estabelecimento de leis trabalhistas e do estado de bem estar social.

“O projeto social-democrata, um projeto sustentado pelas massas operárias europeias, era, pois, um projeto de alargamento e efetiva democratização da esfera pública burguesa. Na medida em que isto se desse, a esfera pública perderia sua estreiteza burguesa, relacionada à propriedade, e ampliaria sua dimensão cidadã, ligada aos direitos sociais básicos.” (DANTAS, 2003, p. 11).

Esse período ainda se caracterizava por meios de transporte e comunicação onerosos, o que colocava a necessidade de aproximar ao máximo o processo produtivo, os recursos naturais, os trabalhadores e o mercado. Consequentemente, toda a produção e consumo se davam majoritariamente nos países chamados desenvolvidos.

“Ao mesmo tempo, cada grande empresa tende a concentrar em um mesmo espaço o maior conjunto possível de atividades industriais de transformação e montagem: desde o preparo das matérias-primas básicas até a montagem do produto final. O melhor exemplo é o complexo de Baton Rouge, da Ford. Mas

foram os soviéticos que imortalizaram o nome que identificaria esses complexos: kombinat.” (DANTAS, 2003, p. 14).⁶

Tanto Castells (1988) quando Dantas (2003) pontuam, portando, que o período do capitalismo compreendido entre os anos 1940 e 1970 tem como uma de suas características fundamentais a concentração do processo produtivo.

Já para Toffler (1980) a concentração observada nesse período, por esse autor denominado de “segunda onda”, permeia toda a organização social, não estando, portanto, restrita à distribuição espacial de unidades produtiva e administrativas privadas. Os exemplos dado por ele são, por exemplo, a concentração de pessoas dadas como loucas em sanatórios, de criminosos em cadeias e mesmo a concentração do capital em poucas famílias.

Em termos de técnica e ciência, o período industrial começava a indicar um processo que seria aprofundado no período subsequente, isto é: a separação entre o profissional responsável pelo desenvolvimento de conhecimento aplicado ao processo produtivo e o profissional que trabalhava diretamente nesse processo.

“Aquelas grandes invenções (radiofonia, telefonia, motor a explosão) revolucionaram os processos produtivos. Estes não dependiam mais do conhecimento para a produção detido por um coletivo operário situado junto às máquinas, mas de um conhecimento científico-técnico detido por um novo tipo de coletivo trabalhador assalariado, situado em um outro espaço fabril, distante das máquinas.” (DANTAS, 2003, p. 11).

Para Toffler (1990) essa separação entre os funcionários qualificados e de baixa qualificação estaria relacionada à tendência centralizadora e hierárquica da segunda onda. Tal tendência, do ponto de vista desse autor, teria estabelecido “técnicos do poder”, isso é, profissionais especificamente educados e instrumentalizados com técnicas específicas para gerir a produção e gerar inovações técnicas.

Já o modo de produção capitalista na era da informação teria como base de sua estratégia de produção de lucro a qualidade do conhecimento. Para Castells (1996, p. 13) a particularidade do atual período, visto que informação e conhecimento permearam toda a história do homem, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de novas técnicas de produção (ORTEGA Y GASSET, 1963), seria que na contemporaneidade a informação constitui a matéria prima da produção bem como

⁶ Para Dantas (2003), embora os sistemas capitalistas e socialistas diferissem em relação aos seus objetivos, a saber: o primeiro buscava a maximização dos lucros dos acionistas, enquanto o segundo a maximização do poder do Estado, ambos possuíam as mesmas estratégias econômicas para atingir diferentes objetivos. Entre essas estaria a concentração das diversas etapas da produção.

seu resultado, e não, como antes, um elemento empregado para elevar os níveis de produtividade. Para Castells (1988), a particularidade estaria, então, no emprego de conhecimento e informação sobre conhecimento e informação com a finalidade de geração de lucro.

“The hard core of these information-processing activities composed of knowledge, which structures and provides adequate meaning to the mass of information required to manage organizations and to increase productivity.” (CASTELLS, 1988, p. 18)⁷

Para Dantas (2003, p. 18) o ganho de importância da informação e do conhecimento científico e técnico na organização da produção capitalista, bem como na geração de lucros neste sistema estaria associado aos grandes investimentos feitos em ciência durante a Guerra Fria nos Estados Unidos, o que teria formado uma elite científica influente. Tal elite teria desenvolvido máquinas capazes de processar de forma muito complexa informações, que seriam a origem dos computadores e de toda uma indústria ligada ao processamento de informações.

A transição do modo de desenvolvimento industrial para o modo de desenvolvimento informacional, que particularmente interessa à discussão desenvolvida nessa seção, se deu, segundo Castells (1988), em função de uma crise de redução das taxas de lucro nos setores centrais da economia como decorrência da alta inflação e fortes sindicatos que dificultavam as taxas de exploração. As crises do petróleo de 1974 e de 1979 intensificaram ainda mais a crise pelo aumento do preço do barril do petróleo, principal fonte energética do período.

Em relação a tal crise, Dantas (2003, p. 19) cita ainda a incapacidade do sistema precedente de continuar incorporando em massa ao sistema trabalhadores desqualificados.

No que se refere à condição dos Estados nessa crise, esses, devido aos altos gastos com as políticas de estado de bem estar social e a redução de impostos recolhidos das empresas, acumularam altas dívidas e também entraram em crise.

Esta conjuntura crítica, que ameaçava a ordem estabelecida, segundo Castells (1988), indicava uma necessidade de reestruturação do capitalismo.

⁷ Em tradução livre: “A essência dessas atividades de processamento de informações compostas por conhecimento, que estrutura e provê significado adequado à quantidade de informação requerida para gerir as organizações e aumentar a produtividade”

“A new model of socio-economic organization had to be established which would be able to achieve basic aims of a capitalist system, namely: to enhance the rate of profit for private capital, the engine of investment, and thus of growth; to find new markets, both through deepening the existing ones and by incorporating new regions of the world into an integrated capitalist economy; to control the circulation process, curbing structural inflation; and to assure the social reproduction and the economic regulation of the system through mechanisms that would not contradict those established to achieve the preceding goals of higher profit rates, expanding demand and inflation control.” (CASTELLS, 1998, p. 23)⁸

Esse novo modelo foi seguido pelo capitalismo contemporâneo que é caracterizado, para Dantas (2003), especialmente por três aspectos, que seriam: a dispersão no espaço dos recursos humanos e materiais das corporações; a estratégia de vendas concentrada na intensificação de mercados já existentes (países desenvolvidos e alguns pontos de países subdesenvolvidos) por meio de sofisticação de produtos e aceleração da obsolescência desses e não na expansão de mercados, como antes; estabelecimento de novo tipo de indústria central do capitalismo, baseada sobretudo em pesquisa e desenvolvimento e marketing, bem como terceirização das atividades que não necessitam de conhecimento científico e técnico.

Em relação a esse último aspecto Mudambi (2008) apresenta a mesma análise e defende que a prevalência das indústrias de alto conhecimento agregado em detrimento daquelas de baixo se deve à capacidade das primeiras, em relação a segundas, de gerar vantagens competitivas mais difíceis de serem copiadas pela concorrência. Para Dantas (2003, p. 22) outra vantagem da aplicação da ciência no processo produtivo e na formulação das estratégias da empresa, seria a redução de riscos.

Ainda, complementando a análise dos dois autores precedentemente citados, para Malin (1994, p. 10 e 11) a especificidade do período atual em relação ao precedente estaria no aumento da importância do conhecimento e da informação para o trabalho e do conseqüente aumento da produtividade deste, ao mesmo tempo em que decresce a importância de matérias primas na produção. Sendo assim, o lucro das corporações

⁸ Em tradução livre: “O novo modelo de organização sócio-econômica tinha que ser estabelecido e deveria estar apto a atingir os objetivos básicos do capitalismo, são esses: aumentar as taxas de lucro para o capital privado, potencializar as possibilidades de investimento e assim de crescimento; encontrar novos mercados, seja por meio do aprofundamento dos já existentes, seja pela incorporação de novas regiões do mundo em uma economia capitalista integrada; controlar o processo de circulação, limitar a inflação estrutural; e assegurar a reprodução social e a regulação econômica do sistema por meio de mecanismos que não entrariam em contradição com aqueles já estabelecidos e precedentes objetivos de aumentar as taxas de lucro, expandir a demanda e inflação controlada.”

estaria mais relacionado à forma com a qual se aplica o conhecimento com o objetivo de gerar mais conhecimento.

“A questão social central deixa de ser como produzir e distribuir bens materiais para ser a de produzir e administrar o conhecimento e suas ferramentas de trabalho no sentido mais amplo.” (MALIN, 1994, p. 11)

Castells (1988) faz uma leitura semelhante no que diz respeito à análise de que o estabelecimento desse novo modelo de capitalismo deveria promover crescimento das taxas de lucro. Segundo esse autor, isso foi realizado por meio de três estratégias básicas, sendo essas: (1) maior apropriação pelo capital do excedente do processo produtivo; (2) mudança na forma de intervenção estatal na economia; (3) aprofundamento dos mercados já existentes e incorporação de novos mercados (CASTELLS, 1988, p. 23 a 27).

A primeira estratégia acima citada foi atingida por meio do incentivo a migrações de mão de obra pouco qualificada da periferia para o centro, incorporando ao mercado de trabalho de países desenvolvidos grupos étnicos discriminados; da intensificação da incorporação da mão de obra feminina no mercado de trabalho; da integração a um mercado de trabalho globalizado de países em que o trabalho já era pouco regulamentados pelo Estado; da ascensão de setores sem tradição de sindicalismo (tecnologia da informação, por exemplo); e da expansão de mercados ilegais, baseado em diversos tipos de contrabando, sem possibilidade, portanto, de estabelecer sindicatos.

Em função desses fatores ocorreu um enfraquecimento do sindicalismo, que havia sido no período precedente o principal responsável pela manutenção de direitos trabalhistas e da relativamente baixa exploração do trabalho, sobretudo no que diz respeito aos países centrais.

Em relação a segunda estratégia citada, Castells (1988, p. 25) defende que os princípios das intervenções na economia realizadas pelos estados nacionais teriam deixado de ser o de legitimação governamental e redistribuição da renda, para passar a serem os de dominação e garantia de acumulação do capital.

“The new forms of state intervention are much more directly focused on capital accumulation, and give priority to domination over legitimation in the

relationship between state and society, in response to the emergency situation in which the system found itself in the 1970s.” (CASTELLS, 1988, p. 25)⁹

Em relação ao terceiro ponto, são os fluxos de mercadorias e informação, a legislação que os regula e as técnicas que os viabilizam os principais fatores a serem observados para a compreensão dessa terceira estratégia, que talvez seja a mais relevante de todas para a análise que esse estudo visa realizar.

Arroyo (2006) pontua que as políticas econômicas implementadas sobretudo a partir dos Estados Unidos da América, da Inglaterra e de instituições econômicas internacionais, como o FMI e o BM, associadas às novas técnicas da informação e de transporte, alteraram significativamente as condições de fluxos de mercadoria e informação entre os países e elevaram as taxas de lucro, bem como transformaram a forma de organização do processo produtivo, de realização do consumo e de inserção de novos produtos no mercado.

Todas essas transformações vieram acompanhadas de uma expansão das fronteiras do capitalismo, que passou a incorporar novas regiões do mundo ao mercado de produtor e de capitais. Em 1980, por exemplo, os fluxos financeiros e econômicos mundiais aumentaram consideravelmente, indicando uma maior fluidez e facilidade de efetuação de investimentos e transações transfronteiriças.

“Na década de 1980, o volume das transações nos mercados de câmbio dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) multiplicou-se por dez, enquanto os fluxos de investimento direto triplicaram e os de intercâmbio comercial duplicaram. O valor da massa de ativos financeiros transnacionais nos mercados de capitais de todo o mundo saltou de cerca de US\$ 5 trilhões o início dos anos 1980 para mais de US\$ 1.000 trilhões no final dos anos 1990” (ARROYO, 2006, p. 168)

Essa foi, assim como afirma Arroyo (2006) e sugere Castells (1988), uma parte da estratégia das grandes empresas e de grandes investidores para que esses pudessem alocar seu capital nos pontos mais rentáveis do globo. Isso foi conseguido por meio de diversos artifícios como a expansão dos mercados passíveis de investimento, aprofundamento dos já existentes (como defende Castells na citação acima),

⁹Em tradução livre: “As novas formas de intervenção do estado estão muito mais diretamente focadas em acumulação do capital, e dão prioridade à dominação em detrimento da legitimidade no que se refere à relação entre Estado e sociedade, em resposta à situação emergente em que o sistema se encontrava nos anos 1970.”

flexibilização e facilitação de *off-shoring*¹⁰, *out-sourcing*¹¹ e financeirização da economia (ARROYO, 2006).

A incorporação de novas regiões ao capitalismo internacional integrado se deu, sobretudo no que se refere a países periféricos, sob forte intervenção de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que concederam empréstimos a países com problemas econômicos e financeiros sob condições de reestruturação e abertura de seus mercados ao capital externo. Esse processo é especialmente intenso no Brasil a partir dos anos 1990, que é também o período de expansão e disseminação dos cursos de *Master of Business Administration (MBAs)* neste país (WOOD, 2002; e James Wright em entrevista concedida em 21/05/2013).

O alargamento das fronteiras do capitalismo associado à flexibilização e facilitação de efetuação de investimentos transfronteiriços foram as prerrogativas para um novo modelo de distribuição da produção. Segundo Toffler (1980) e Castells (1988) é característico do período do capitalismo atual que as unidades de produção de uma mesma empresa estejam localizadas em pontos do mundo que se encontram em diferentes países e continentes.

Ainda, segundo os mesmos autores e também Milton Santos (2001; 2008), essa nova tipologia de organização das corporações multinacionais só foi possível em função dos avanços técnicos ocorridos a partir da Segunda Guerra Mundial. As novas tecnologias em meios de comunicação e transporte permitiram que a produção fosse controlada remotamente bem como que os custos de circulação de mercadorias e de bens de capital fosse reduzida.

Para além dos avanços técnicos dos meios de transporte e comunicação, a unicidade dos momentos e técnica (SANTOS, 2008, p. 20), entendida como a compatibilidade entre os objetos técnicos distribuídos mundialmente e a possibilidade de interferir remotamente em tempo real em eventos em outras partes do globo, é que permitiram tal alargamento das fronteiras do capitalismo simultaneamente ao

¹⁰Por *off-shoring* entende-se a relocação de uma unidade produtiva com o objetivo de redução dos custos de produção ou de custos associados, como de logística.

¹¹Expressão da língua inglesa, *outsourcing*, em português, foi traduzido como terceirização, que significa, de forma simplificada, a contratação por uma empresa de outra que realize atividades antes efetuadas por profissionais da empresa contratante.

estabelecimento de um sistema capitalista integrado mundialmente. Dessa maneira, apesar da internacionalização do capitalismo estar presente desde os seus primórdios, o sistema estabelecido, mundializado, em que há forte interdependência entre economias de diferentes países, tal como ele o é hoje é um fator novo, próprio do atual período.

“The capitalist economy has been, since its beginnings, a world economy as Braudel and Wallerstein have reminded us. However, what is new is the increasing interdependence of all economic processes at the international level with the system working as a unit, worldwide in real time.” (CASTELLS, 1988, p. 26)¹²

Estabelecidas tais condições, tornou-se mais importante investir em locais que possuíssem vantagens competitivas para a produção de uma mercadoria específica do que manter as etapas da produção e os mercados próximos.

A necessidade de conhecer as potencialidades produtivas dos lugares tornou os fluxos de informação estratégicos à escolha locacional dos investimentos. Tornou-se, assim, fundamental conhecer os lugares, suas características físicas, sociais e técnicas para que os riscos dos investimentos fossem minimizados e a geração de lucro maximizada. Tendo em vista essa necessidade das corporações, grandes empresas de consultoria foram criadas e prosperam executando esse tipo de negócio, isto é: obtendo, sistematizando e vendendo informações sobre lugares.

“Pois o negócio básico do espião é a informação – e a informação tornou-se talvez o negócio mais importante e o que mais cresce no mundo. O espião é um símbolo vivo da revolução que hoje invade a infosfera.” (TOFFLER, 1980, p. 162)

Para Milton Santos (2006) e Lévy (1998), o período contemporâneo do constituiria uma etapa particular do processo de internacionalização do capitalismo, em que, de acordo com o segundo autor supracitado, a humanidade entra novamente em contato consigo mesma. Com isso, pretende dizer que os meios de transporte e comunicação permitiram que o mundo se tornasse novamente um só, como no passado distante, quando a humanidade era composta por apenas um grupo humano (LÉVY, 1998). Esse seria assim, nas palavras de Pierre Lévy (1998), o reencontro da humanidade com ela mesma.

¹² Em tradução livre: “A economia capitalista tem sido, desde o seu começo, uma economia global como Braudel e Wallerstein nos lembraram. Entretanto, o que é novo é a crescente interdependência, em nível internacional, de todos os processos econômicos, com o sistema trabalhando como unidade, globalmente em tempo real.”

1.2. Por um conceito e uma tipologia de informação

“(...) vivemos uma daquelas fases de ruptura histórica, quando o surgimento de novos processos anuncia modificações fundamentais na organização da sociedade. Por isso, são exigidos novos conceitos.” (MALIN, 1994, p. 9)

Dada a ascendência da variável informação como matéria prima, produto e fator organizacional do capitalismo contemporâneo, muitos autores empregam esforços no sentido de formular conceitos de informação adequados a nova conjuntura e que possam servir também para uma maior compreensão de como se dá a operacionalização dessa variável no processo produtivo e em sua organização. Malin (1994), ao citar os teóricos do pós-industrialismo, discorre claramente sobre essa necessidade:

“Busca-se compreender a evolução das sociedades ocidentais com base no papel crescente que o conhecimento e a informação jogam na estrutura de poder, na definição do modo de crescimento.” (MALIN, 1994, p. 10)

Tendo em vista a relevância de tal conceito para a compreensão do período contemporâneo do capitalismo e conseqüentemente para o presente estudo, serão discutidos a seguir alguns conceitos de informação, bem como a implicação desses conceitos na análise do atual período.

Para Barreto (1994, p. 3) existiriam definições de informação focadas no produtor, no receptor e em ambos. Em relação ao primeiro caso, a informação seria considerada como “(...) o resultado da relação estática entre objetos materiais, independente da ação de seres humanos.” (BARRETO, 1994, p. 3) ou, dependendo da linha teórica seguida, como símbolos criados por seres humanos que pretendem transmiti-los. Quando focadas no receptor os conceitos de informação a entendem como o “significado da mensagem” e seu uso. Para esse autor, ambos métodos de formulação deste conceito são débeis e somente considerando produtor e receptor é que se pode forjar um conceito de fato elucidativo. Nesse sentido, a entenderíamos da seguinte forma:

“(...) qualificada como instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo. Deixa de ser uma medida de organização para ser a organização em si; é o conhecimento, que só se realiza se a informação é percebida e aceita como

tal e coloca o indivíduo consigo mesmo e dentro do mundo que sua história individual se desenrola.” (BARRETO, 1994, p. 3)

Segundo essa lógica, Barreto (1994) distingue três grupos definidos pelo produtor e seu objetivo com a transmissão da informação e também pela complexidade de utilização e tratamento da informação pelo receptor.

Para a presente pesquisa, como será melhor desenvolvido a seguir, o entendimento de Barreto (1994) é bastante interessante, uma vez que, estudando cursos de *MBA*, estamos interessados tanto no produtor (instituições de ensino superior e professores), quanto nos receptores (estudantes). De fato, para parte dos cursos estudados, essas posições de produtores e receptores de informações, sendo ocupadas respectivamente por professores/instituições de ensino e por estudantes não é fixa, uma vez que os alunos também são produtores de informação, dado suas posições nas empresas e conhecimento previamente adquirido. O próprio sistema de seleção de alguns cursos de *MBA* tem como objetivo concentrar alunos que sejam parte do que Barreto (1994) denomina “elite informacional”, que são agentes que possuem a capacidade de produzir informações, as processar de forma muito complexa e que tem acesso a informações sigilosas. Esses mobilizam tais habilidades e condições para conquistar posições políticas e econômicas privilegiadas.

Sendo assim, a contribuição principal de Barreto (1994) é o entendimento de que conhecimento e acesso à informações sigilosas são elementos do poder e que quando restritas a uma elite informacional são elementos constituintes da hegemonia¹³.

Dantas (2003), por outro lado, contribui para o entendimento conceitual da variável informação ao demonstrar sua natureza híbrida, isto é, simultaneamente material e imaterial.

“Informação, nessa teoria, é um processo de seleção efetuado por algum agente, entre eventos possíveis de ocorrer em um dado ambiente. Na origem da informação encontra-se, de um lado, sinais físico-energéticos emanados de um objeto ou ambiente qualquer, na forma de vibrações sonoras, radiações elétricas ou luminosas, moléculas odoríferas etc., ou orientação, ou significado desses sinais. Por isto, para que ocorra informação haverá sempre necessidade de interação (ou comunicação) entre um sujeito e um objeto, ou sujeito a sujeito. (...)”

¹³Por hegemonia, entendemos, de acordo com Castells (1998, p. 10), que por sua vez se baseia na tradição gramsciana: “(...) the historical ability of a given class to legitimate its claim, to establish political institution and cultural values able to mobilize the majority of the society, while fulfilling its specific interests as the new dominant class.” Em tradução livre: “(...) a habilidade histórica de uma dada classe em legitimar suas reivindicações, de estabelecer certa instituição política e valores culturais capazes de mobilizar a maioria da sociedade, enquanto fortalece seus interesses específicos como classe dominante.”

Não há nada de imaterial na informação, na medida em que ela emana de fontes materiais e de fenômenos físico-químicos da natureza, sendo processada também por algum agente corpóreo.” (DANTAS, 2003, p. 25)

Entender que a informação, como defende este autor, não é exclusivamente um fator imaterial, uma vez que ela está sempre associada à materialidade, seja quando é transmitida, seja quando está armazenada, é essencial para que entendamos que controlar os meios de comunicação e os objetos de armazenamento de informação são formas de exercício do poder envolvendo o controle do espaço geográfico.

Para Wiener (1954, APUD CASTILLO, 1999) a informação teria como característica fundamental a sua potencialidade de transferência.

“Informação é termo que designa o conteúdo daquilo que permutamos com o mundo exterior ao ajustar-nos a ele, e que faz com que nosso ajustamento seja nele percebido.” (WIENER, 1954, p. 17 APUD CASTILLO, 1999, p. 35)

A questão da transferência é essencial para o entendimento da centralização das atividades produtivas pelas dinâmicas informacionais porque é a ação da transferência, também entendida como fluxo, em conjunto com a materialidade que a viabiliza, que formam as redes e hierarquizam os lugares. Em geral, o ponto do qual parte a informação, no qual ela é criada e a partir do qual ela é transmitida, constitui o centro da rede e a posição mais alta na hierarquia entre os lugares.

Embora essa seja a tendência, a informação tem a potencialidade de ser subvertida. Isto é, não necessariamente a informação será utilizada pelo receptor da forma que o produtor pretende. A potencialidade de transformação da informação se deve ao fato de que quando ela chega ao receptor é processada e relacionada a outras informações que esse já possui de forma única e criativa.

“O produtor de informação tem condições de manipular a disponibilidade e o acesso à informação. Contudo, não pode determinar o seu uso e, principalmente, a assimilação que produz o conhecimento.” (BARRETO, 1994, p. 8)

Em razão de seu “vigor dinâmico” (BARRETO, 1994, p, 8), a informação tem a potencialidade de desencadear a produção de conhecimento das mais diversas formas, de modo que uma informação em princípio controlada e transmitida por agentes hegemônicos pode ser utilizada subversivamente por outros agentes que com ela tiverem contato.

Embora não haja a possibilidade de controlar completamente o que o receptor fará com a informação (ou se esse alguma coisa com ela o fará), existe a possibilidade de o induzir.

“Os produtores de informação não podem dizer ao indivíduo o que pensar, mas podem induzir sobre o que pensar” (BAGDIKIAN, 1993, p. 4; APUD BARRETO, 1994)

Consideramos que parte importante dos mecanismos de manutenção da ordem hegemônica estão baseados nesta capacidade coercitiva exercida pelos produtores e disseminadores de informação.

Visando compreender mais detalhadamente de que forma a variável informação é utilizada para manter a hegemonia e reproduzir a ordem vigente alguns autores, como Barreto (1994) e Silva (2001) buscaram diferenciar grupos de informação segundo certas características. Para esses autores as informações, entendidas como sigilosa (BARRETO, 1994; SILVA; 2009), produtivas (SILVA, 2001) tem a capacidade de conferir poder político e/ou econômico àqueles que a esses tem acesso.

Para Silva (2001, p. 110) informações banais seriam aquelas de fácil acesso, baixo preço, transmitidas em geral pela internet, mídia convencional ou presente em bibliotecas e sobretudo quase que completamente desimportantes para a produção de vantagens competitivas, de lucro, de inovações ou para o uso de oportunidades econômicas. Por outro lado, as informações produtivas seriam restritas, em geral a grandes empresas, extremamente custosas e transmitidas por contatos pessoais (*face-to-face*), redes corporativas (intranet) e revistas e jornais especializados.

“São informações fundadas em práticas científicas (extremamente racionais, pragmáticas) e que orientam, através da produção de conhecimento, as ações empresariais. São, por isso, verdadeiras mercadorias organizacionais, fundamentais à criação das vantagens competitivas contemporâneas. Muito custosas, são praticamente as grandes empresas que conseguem obter as informações importantes, isto é, aquelas informações que previnem riscos, antecipam lucros, sugerem comportamentos, inovam a produção.” (SILVA, 2001, p. 112)

Tais informações corporativas poderiam ainda, de acordo com esta autora, ser divididas em quatro subgrupos:

“Nos propósitos deste trabalho poder-se-ia dizer que existem, hoje, quatro grandes tipos de informações estratégicas/produtivas: a informação sobre negócios (produzidas em firmas de consultoria, marketing), a informação

(metamorfoseada em dinheiro) presente nas finanças e seus instrumentos modernos, a informação enquanto imagem (produzida em agências de publicidade), e a informação tecnológica (produzida em centros de pesquisa/universidades).” (SILVA, 2001, p. 112)

Em outro trabalho realizado Silva (2009, p. 4) entende que as informações produzidas por uma empresa e estocadas e circuladas apenas dentro dessa seriam sigilosas. Já as informações banais seriam aquelas veiculadas por meios de comunicação e portanto seriam relativamente acessíveis à maior parte da população.

Também seria possível, sugere a autora nesta mesma publicação, distinguir a informação segundo sua relação com o lugar. Dessa forma, as informações, sejam banais ou sigilosas, que são produzidas, controladas e transmitidas por agentes hegemônicos, como grandes corporações ou o Estado, são estranhas à rede de relações, à cooperação local e à vida cotidiana dos lugares, por isso incidem verticalmente¹⁴ nos lugares, desorganizando sua dinâmica própria. Essas informações comporiam círculos de informações descendentes, verticais.

Segundo Barreto (1994, p. 5), haveriam três principais tipos de transferência de informação, segundo o objetivo do controlador e seu público receptor: (1) quando o controlador quer atingir um grande grupo e, portanto, o considera homogêneo no que diz respeito a sua capacidade de assimilação, transfere informações elementares; (2) quando o controlador quer atingir um grupo específico, capaz de reelaborar e processar a informação recebida e assim alimentar os estoques do controlador, esse transmite informações relativamente elaboradas e específicas; e, por fim, (3) quando o receptor é uma elite informacional, o controlador transmite informações sigilosas, às quais a população em geral não tem acesso e que são utilizadas para manter a já conquistada posição política e econômica hegemônicas desses agentes e desses receptores.

Entendemos que as tipologias de Barreto (1994) e de Silva (2001, 2009) são complementares e inclusive possuem pontos de convergência, sobretudo no que se

¹⁴O par dialético *horizontalidades* e *verticalidades* foi sugerido por Milton Santos (2006, 2008): “De um lado, há espaços contínuos, formados de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais extensa e implacável.” (SANTOS, 2008, p. 46)

refere ao acesso à informação e ao poder que esse acesso confere. Dessa forma, grupos hegemônicos teriam acesso a informações restritas ou sigilosas e o restante da população teria acesso apenas a informações de menor importância estratégica.

Contudo, a diferença está na escolha de elementos para a elaboração da tipologia. Barreto (1994) define seus grupos com base em três aspectos: intencionalidade do produtor; capacidades e condições para processar e produzir informações do receptor e complexidade da informação. Sendo assim, as questões de quem são produtores e receptores possuem grande relevância para essa tipologia. Por outro lado, Silva (2001, 2009), define seus grupos com base em múltiplos fatores, que também consideram os produtores e os consumidores de informação, porém, esses elementos são diferenciados pela sua condição enquanto população em geral ou grande empresa (veja quadro 1, p. 30). Portanto, o que diferencia esses autores é que Barreto (1994) enfoca na questão da pessoa e de suas capacidades, o que, para a presente pesquisa, é relevante na medida em que entendemos os estudantes de *MBAs* como vetores de informações entre centros universitários e empresas, o que só é possível mediante a posição ocupada por esses dentro das empresas e suas capacidades de processar e produzir informação.

Por outro lado, também entendemos que os *MBAs* são produtores e difusores de informação e para tal, as tipologias de Silva (2001, 2009) são mais operacionais.

Entendendo que cada tipologia contribui para o entendimento da realidade dos *MBAs* discutiremos a seguir, brevemente, a relação entre essas tipologias e os dados levantados sobre os *MBAs*. Essa é uma primeira discussão que será retomada com mais detalhes no capítulo 2.

Pode-se dizer, em relação à tipologia apresentada por Barreto (1994), que os *MBAs* em que a presente pesquisa tem foco, estariam nos grupos 2 e 3 de Barreto. Essa tese foi corroborado por Armando Dal Colleto, coordenador da ANAMBA em entrevista realizada dia 5 de Junho de 2013.

QUADRO 1:
AS INFORMAÇÕES: UMA PRIMEIRA TIPOLOGIA

	INFORMAÇÕES BANAIS	INFORMAÇÕES PRODUTIVAS
Difusão	Ampla	Seletiva, restrita
Consumidores	População em geral	Grandes empresas
Formas da informação	Jornalística (factual), política religiosa, literária	Científica, econômica/corporativa, política, territorial
Empresas e instituições produtoras	Jornais, redes de televisão, rádios, revistas.	Consultoras, agências de publicidade, centros de pesquisa, instituições financeiras, agências de notícias especializadas, governos.
Suporte técnico - científico.	Metodologias científicas do jornalismo, da publicidade, do <i>marketing</i>	<u>Metodologias científicas dos negócios (business, gestão)¹⁵</u> e das finanças
Meios de difusão	Mídias convencionais, <i>internet</i> , bibliotecas.	Contatos pessoais (<i>face-to-face</i>), redes corporativas (<i>intranet</i>), revistas e jornais especializados.
Contexto temporal	Tempo cotidiano/de lento a acelerado	“Tempo real”/acelerado, tempo hegemônico
Dependência tecnológica	Alta ou baixa	Alta
Lugares produtores principais	Cidades médias, metrópoles nacionais, metrópole global	Metrópole global
Orientação política e geográfica tendencial	Ordem local e global	Ordem global
Escala da ação	Territórios nacionais das horizontalidades	Territórios reticulados da globalização
Níveis tendenciais de solidariedade	Orgânica e organizacional	Organizacional

(elaboração: SILVA, 2001, p. 110)

Em relação à tipologia de Silva (2009), poderíamos dizer que os MBAs transmitem informações que não são exatamente sigilosas porque são, em geral, produzidas por empresas especializadas em educação corporativa, em sua maioria privadas, mas não são informações estratégicas para a produção de lucro e melhoria da competitividade dessas empresas no mercado. Essas são informações transmitidas a

¹⁵Grifo meu com o objetivo de evidenciar que as informações que servem à gestão são informações produtivas.

clientes dessas empresas e portanto não ficam restritas a um pequeno número de funcionários que ocupam nelas altos cargos. Por outro lado, não se deve considerar essas informações como banais, na medida em que elas são acessadas mediante um processo seletivo de estudantes e pagamento de quantias bastante altas, ao menos quando considerada a renda da população nacional¹⁶.

Talvez poderíamos considerar essas informações como produtivas (SILVA, 2001), na medida em que elas tem potencialidade de gerar transformações de ordem organizacional, financeira ou de *marketing* benéficas a outras empresas (ou seja, não aquela em que as informações foram produzidas) e que são passíveis de serem acessadas por uma parte muita pequena da população.

Pode-se, ainda, considerar que as informações transmitidas pelos *MBA*s, bem como pelos estudantes formados, constituem círculos descendentes de informações porque são portadoras de uma lógica excludente e produzidas por agentes hegemônicos em grandes e renomadas escolas de administração de empresas, localizadas principalmente nos Estados Unidos.¹⁷

Sobre essa questão, Wood Jr. e De Paula (2002) analisaram escolas brasileiras de *MBA*s, sendo essas: IBMEC-RJ, FGV-EAESP, FGV-EBAPE, PUC-RJ, UFBA e UFRGS. Entre os aspectos estudados esteve a bibliografia utilizada por dois programas diversos não especificados. Segundo os autores em ambos os casos a bibliografia utilizada era estrangeira, produzida sobretudo por autores estado-unidenses. Em entrevista realizada no dia 21 de Maio de 2013, James Wright, coordenador do *MBA* internacional e do International *MBA* da FIA expôs que, embora a qualidade dos melhores *MBA*s nacionais seja comparável a dos *MBA*s mais relevantes do mundo, a diferença está na produção de pesquisa, conhecimento e informações de gestão, que para ele é muito mais relevante nas escolas estrangeiras localizadas nos países centrais do capitalismo. O entrevistado citou como principais centros produtores de informação a Universidade de Chicago, a Universidade de Stanford e a Universidade de Harvard, todas localizadas nos Estados Unidos.

¹⁶A você S/A no ranking de *MBA*s realizado em 2009 e disponibilizado em anexo coloca que o one *MBA*, primeiro colocado, custa R\$ 112 000, o segundo, *MBA* executivo internacional da FIA custa R\$ 62 000.

¹⁷ O outro grupo formado de acordo com essa metodologia seria composto pelo conjunto de informações descendentes, ou seja, aquelas produzidas na cotidianidade da vida dos cidadãos, relacionada às particularidades e à dinâmica do próprio do lugar

O valor da informação para a organização da produção e para o planejamento de grandes empresas, bem como a forma com que os MBAs fazem parte desses processos, foram o tema principal da discussão precedente. Contudo, é característico do período atual a dupla função da variável informação: como fator organizacional e como matéria-prima e produto (BARRETO, 1994; LOJKINE, 1995; SILVA, 2001; DANTAS, 2003). Em seguida, exploraremos essa segunda função.

**

Essa segunda função da variável informação, isto é, a de mercadoria, está fortemente relacionada à formação das indústrias centrais da economia do período contemporâneo, que passaram da produção de energia e bens materiais, no período precedente, para a indústria baseada na produção e venda de informações (DANTAS, 2003).

Como mercadoria a informação deve ser um bem privado, e de bem público, como no período precedente, ela foi privatizada. Exemplos claros e frequentemente citados são o crescimento de requerimento de patentes¹⁸ e de *copy rights*¹⁹, que são leis que garantam a propriedade intelectual e portanto sua comercialização.

Nesse sentido, L. Grossmann (1994), citado por Silva (2001, p. 106), defende que o valor da informação comercializada depende de quão atual ela é e de quão rara ela é.

Se por um lado, como defende Carr (2003), a informação quando associada às novas tecnologias é uma mercadoria quase perfeita, dado que seu custo de reprodução é próximo de zero, por outro, como defende Barreto (1994) e Dantas (2003), informações, mesmo quando privadas e “*protegidas*” acabam sendo disponibilizadas gratuitamente, sobretudo na internet (ex; indústria fonográfica, indústria de software). Esse fato causa um aparente impasse.

¹⁸ Por exemplo, segundo o *United States Patent and Trademark Office* (Escritório de patentes e de marcas registradas dos Estados Unidos), em 1980 houve cerca de 124 000 pedidos de patentes de diversos tipos (utilitários, design e modelos de plantas) enquanto em 2010 foram cerca de 886 350 patentes requeridas. (Dados obtidos em http://www.uspto.gov/web/offices/ac/ido/oeip/taf/h_counts.htm)

¹⁹ *Copyright* é o termo utilizado para designar a lei que garante o autor de obras literárias, acadêmicas, musicais e artísticas a propriedade e controle sobre o uso da informação por ele criada (baseado em BRITANNICA *online*, 2013). Transformando a informação em uma propriedade privada a lei de copyrights promove sua comercialização. Poderíamos problematizar, nesse sentido, se a informação produzida em forma de obra artística ou acadêmica não pode, em verdade, ser entendida como um patrimônio coletivo, mesmo que possua autoria definida, uma vez que criações desse tipo estão baseadas em influências de múltiplas autorias.

Dantas (2003) argumenta que a mercadoria informacional, portanto, estaria fortemente relacionada às pessoas e à venda de serviços de maneira que a troca material estaria sendo substituída pela troca informacional, isto é a comercialização de serviços e de obras intelectuais estariam se tornando economicamente mais importantes do que a venda de produtos materiais. Contudo, como já discutimos anteriormente, toda informação tem uma base material. Entendemos, portanto, que a afirmação de que as trocas materiais estariam perdendo importância é, em princípio, imprecisa. Há de se considerar ainda que os serviços e obras artísticas e intelectuais não compõem a maior parte do consumo da maioria da população.

Sendo assim, mesmo o consumo de informações banais tem uma face de exclusão. Quando consideramos outros tipos de informação, como defendido por Silva (2001), essa exclusão é ainda mais profunda. Nesse sentido, informações produtivas, por serem altamente protegidas, são totalmente inacessíveis para a grande parte da população. Complementarmente, como defende Barreto (1994), essas informações são tão complexas que se a população pudesse acessá-las provavelmente seriam muito poucos aqueles que conseguiram operacionalizá-las e usá-las em benefício próprio.

Uma parte considerável dos objetivos dos cursos de *MBAs* é justamente tornar aptos profissionais para lidar com essas informações. O que é feito em parte pela venda de um conteúdo informacional transmitido em aulas, em *cases*, pela bibliografia e por meio de *networking*²⁰ estabelecidos em classe. Sendo assim, podemos considerar que parte do produto vendido pelos *MBAs* é informação, em geral muito especializada e complexa, sobretudo quando se considera os *MBAs* mais elitizados que de fato cumprem a função de qualificação de lideranças, das elites.

1.3 Trabalho e informação

O período atual é também caracterizado por uma transformação do papel da variável informação na produção de lucro por meio do exercício do trabalho. Poder-se-ia dizer então, que a geração de mais-valia, sempre, de alguma forma, esteve relacionada

²⁰Essa expressão, que significa em tradução livre “rede de trabalho”, é utilizada, sobretudo em ambientes corporativos, para designar o conjunto de contatos que um profissional tem com outros e os quais podem ser acionados em benefício do profissional ou da corporação em que esses trabalham.

ao uso da informação pelos trabalhadores no exercício do trabalho direto²¹, como afirma Antunes (2009) ao retomar Gramsci: “qualquer forma de trabalho, mesmo no trabalho mais manual, há sempre uma clara dimensão intelectual.” (p, 232), já que o que define o trabalho humano é que ele está imbuído de intencionalidade. É, enfim, justamente essa condição intrínseca de consciência ou intelectualidade do trabalho, que portanto requer informação para a construção de uma premeditação, que o faz trabalhar, o distinguindo de outras atividades realizadas instintivamente por outros seres vivos.

Portanto, não é a presença de informação que particulariza as formas de trabalho do período contemporâneo. Com base em discussões já realizadas, consideramos que para compreender o trabalho hoje é preciso considerar que a hierarquização das formas de trabalho e as condições trabalhistas se dão em grande extensão em função da complexidade da cientificidade da informação empregada. Essa questão está relacionada ao fato de que não é qualquer informação, como discutido anteriormente neste capítulo, que é central à produção de mais valia, segundo essa lógica, também não é qualquer trabalhador que emprega informação em seu labor que é estratégico para empresa. Dessa forma, a complexidade informacional empregada por um trabalhador está também ligada a suas condições e direitos trabalhistas.

Este capítulo tem como objetivo discutir essas questões, bem como de que forma os MBAs se relacionam ao trabalho no presente período.

Tanto Gorz (2005) quanto Mudambi (2008) constroem a tese de que a informação por ser em princípio criativa e única tem a capacidade de produzir rendimentos exclusivos, com base no que se costuma denominar de inovação. Dessa forma, “o conhecimento²² (knowledge) é considerado como a “força produtiva principal”.” (GORZ, 2005, p. 14).

Enquanto fator de criatividade e imprevisibilidade, Mudambi (2008), coloca que em certas etapas do desenvolvimento do produto a informação tem mais potencialidade

²¹Ricardo Antunes (2009), entende por trabalho direto aquele que lida diretamente com a transformação material.

²² Que entendemos, conforme como propriedade de um agente que correlaciona e operacionaliza informações.

de criar rendimentos diferenciais²³ do que em outras. Quanto mais complexa a informação associada à etapa do processo produtivo, e podemos problematizar, talvez quanto mais sigilosa e restrita essa informação, maiores serão os rendimentos diferenciais desencadeados por ele dada a dificuldade dos concorrentes de obter esse recurso ou copiar um processo nele baseado.

O gráfico que segue (p. 37), apresentado por esse autor, traduz esse fenômeno econômico em termos de etapas do processo produtivo e valor incorporado ao produto. Fica claro, a partir do gráfico, que a etapa de manufatura, também chamada por Ricardo Antunes (2009) de “*trabalho direto*”, é a que menos incorpora valor ao produto ao passo que R&D²⁴ está no topo, de acordo, portanto, com a relação explicitada anteriormente entre complexidade da informação, geração de rendimentos diferenciais e valor gerado²⁵. Pode-se, dizer, assim, que quanto mais complexa a informação empregada por um trabalhador, maior é sua capacidade de gerar rendimentos diferenciais e, portanto, valor para o mercado.

É de se notar que a gestão empresarial no que se refere as suas dimensões financeira e executiva, não está presente no gráfico, embora outros autores, como Tomelin (1988), considerem que essa faz parte do grupo formado por trabalhos de produtividade e complexidade informacional elevadas. Talvez, o motivo para tal seja que a gestão encontre-se ainda em uma outra etapa da produção não compreendida pela cadeia produtiva em si, mas constituída pelo seu controle, verticalmente executado.

Tomelin (1988), chama ainda a atenção para a formação de um setor econômico chamado quaternário, do qual a gestão executiva e financeira faria parte, bem como as atividades de concepção e logística elencadas no gráfico. Esse setor teria como produto e matéria prima a informação mas que, contudo, é distinto do setor terciário pela criação. Segundo Tomelin (1988) a capacidade criativa complexa do setor quaternário é o que o torna o setor por excelência produtor de rendimentos diferenciais, ao passo que o

²³Por rendimento diferencial compreendemos lucros obtidos por uma empresa por meio do uso de um recurso que é único a essa empresa. Hoje, entendemos que esse recurso é em vasto número de casos composto por informações.

²⁴Sigla para *Research and Development* (pesquisa e desenvolvimento, em tradução livre).

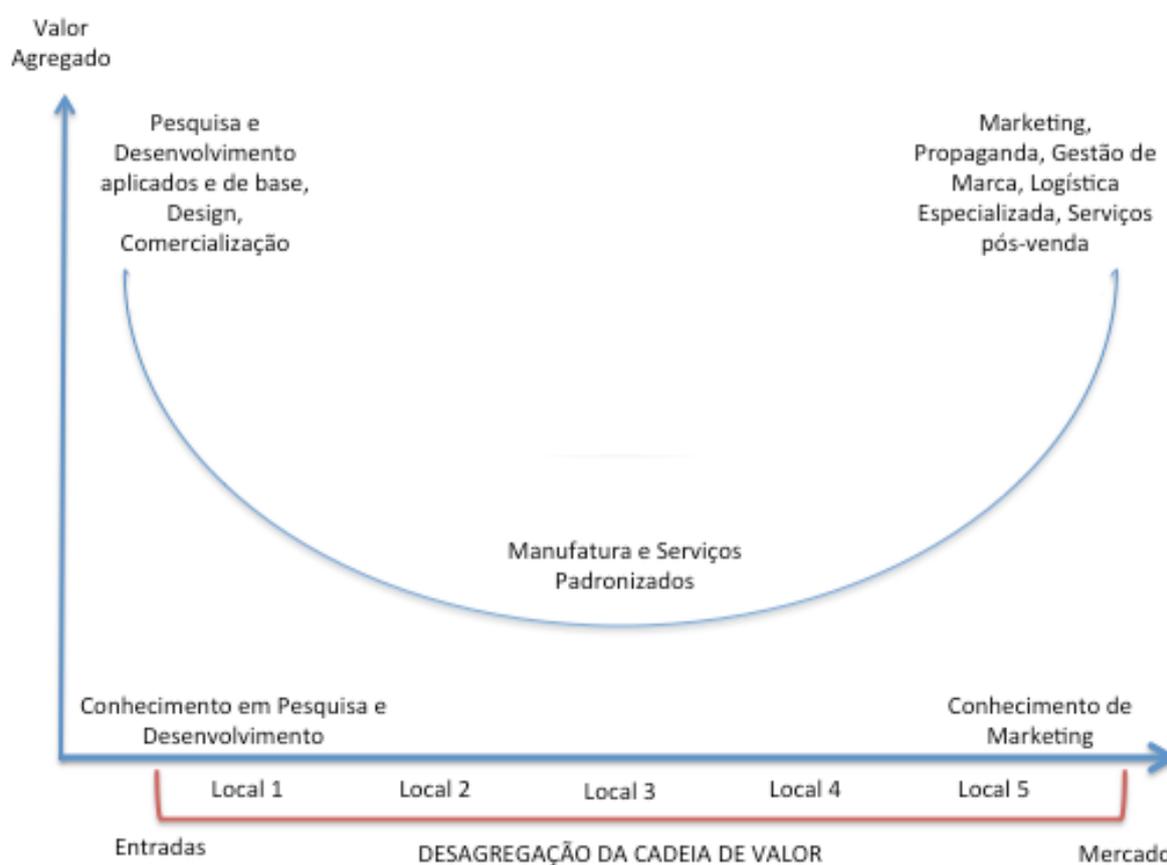
²⁵Existe na literatura econômica, sobretudo na economia política, uma grande discussão sobre o que seria o valor. Para o presente estudo, consideraremos esse valor como *valor de troca* (MARX, cap. 1, 1983), porém com a ressalva feita por Gorz (2005) em relação à produção do valor de troca, ou mesmo de sua quantificação, no período contemporâneo, que não mais se dá em função do tempo social dispendido para a produção de uma mercadoria, como defendido por Marx (1983).

terciário simplesmente transmite informações ou as utiliza com a função de sustentar procedimentos e produtos já existentes.

“O quaternário, considerado como trabalho de criação, supõe a integração, muitas vezes lenta e difícil, de novos conhecimentos e de novos comportamentos que só mais tarde serão úteis à criação. (TOMELIN, 1988, p. 43)

GRÁFICO 1

O “SORRISO” DO VALOR AGREGADO



Baseado em Mudambi (2007, APUD n/d, 2008), adaptado e traduzido.

Do quaternário também faria parte a formulação de decisões, o que também seria uma característica do período contemporâneo, em que o poder deixa de estar concentrado nos detentores dos meios de produção e passou a estar concentrado em detentores de conhecimento (TOMELIN, 1988).

“A decisão é, portanto, quaternária pela utilização dos conhecimentos científicos e técnicos, onde a racionalidade relativa e a multi-racionalidade dos comportamentos fazem parte do caráter e da caracterização do quaternário.” (TOMELIN, 1988, p. 128)

Dessa forma, seriam os altos funcionários das empresas, sobretudo os presidentes e CEOs, os verdadeiros detentores do poder. Sobre essa questão, Toffler (1980) afirma que é característico da “terceira onda” a total falta de controle por parte dos acionistas sobre os rumos da empresa. Existe, portanto, uma correlação entre concentração de conhecimento e poder, em detrimento da antiga correlação entre detenção dos meios de produção em termos materiais e poder.

“na medida em que o poder da ciência e da técnica não é apenas uma força do homem mas uma força sobre o homem, a ciência é a mediadora da dominação do homem pelo homem” (Price, 1972, p. 128 APUD TOMELIN, 1988, p. 126)

Consequentemente, o conhecimento detido por um profissional e seu acesso a informações restritas são elementos fundamentais para a construção da hierarquia profissional e também de poder de deliberação dos grupos sociais. Como já discutimos na seção 1.1 do presente capítulo, o acesso a determinados tipos de informações, bem como a habilidade em produzir informações específicas são elementos centrais à distinção da elite informacional de outros grupos sociais.

Consideramos, como será discutido mais detalhadamente no capítulo subsequente, que o setor quaternário, bem como o corpo discente dos MBAs, é formado pelo que Barreto (1994) denomina elite informacional, mas também pelo que ele entende como sendo um grupo específico e especializado em um certo tipo de processamento e tratamento de informação, sendo também capaz de criar, em certa medida, informações. É estruturada a partir da força produtiva principal, que é o conhecimento, como já discutimos no começo deste capítulo, uma hierarquia entre formas de trabalho e portanto entre profissionais da informação da qual decorre também as condições trabalhistas, os salários e os direitos desses trabalhadores, que variam conforme sua condição.

É nesse sentido que Malin (1994), resgatando os grupos da OCDE de profissionais que se ocupam com a informação, demonstra como a hierarquia entre os trabalhadores e também suas condições de empregabilidade e estabilidade de emprego variam conforme varia a complexidade desse “lidar com a informação”. Conforme a OCDE, então, os grupos seriam:

“-produtores/criadores de informação: cientistas, técnicos, consultores, pesquisadores, especialistas em estudos e coordenação de mercado;

- tratadores/processadores de informação: diretores e quadros administrativo superiores, pessoal de controle e supervisão, pessoal administrativo e assemelhado;

- distribuidores e propagadores: educadores e especialistas em comunicação;

- operadores de infra-estrutura de informação: operadores de equipamentos de informação eletrônicos e não-eletrônicos, telecomunicação e correio.” (OCDE, 1986, MALIN, 1994, p. 14)

Conforme a análise de Malin (1994), o primeiro grupo seria o que tem as relações mais complexas no “lidar com a informação”, essa relação seria simplificada cada vez mais no sentido dos “operadores de infra-estrutura”, a categoria cujo “lidar com a informação” se daria da forma mais simplificada. Quanto mais simplificado o que estamos chamando de “lidar com a informação”, menor seria também a empregabilidade e a segurança do emprego desses trabalhadores, já que a probabilidade de substituição de um trabalhador por máquinas (ou mesmo por outros trabalhadores) seria tanto maior quanto mais elementar sua forma de lidar com a informação. Sendo assim, os profissionais criadores de informação seriam a classe mais privilegiada. (MALIN, 1994).

É interessante notar a problematização em relação ao gênero apresentada por esta economista, que consiste na observação de que o último grupo, e de maior precarização, denominado de “operadores de infra-estrutura de informação” é predominantemente feminino.

Por outro lado, dentro dessa classificação e com o levantamento direto feito nas entrevistas é possível considerar que os dois primeiros grupos são, em parte, ocupados por estudantes de MBAs, que podem ser, dependendo da nível de elitização dos MBAs²⁶, profissionais no topo na hierarquia, responsáveis pela criação de informações produtivas e sigilosas (SILVA, 2001; 2009).

Podemos problematizar se os gestores, enquanto parte dessa elite informacional, são de fato trabalhadores, já que, apesar de serem assalariados possuem, como defendido por Toffler (1980), o poder da decisão e portanto influem fortemente sobre o futuro de grandes empresas e mesmo da economia mundial. Sobre essa questão essa Antunes (2009) defende:

²⁶ Trataremos desta questão da elitização dos MBAs no próximo capítulo, de nome “MBAs, difusores de informações descendentes”.

“Não fazem parte da classe trabalhadora moderna, em nosso entendimento, os gestores, pelo papel central que exercem no controle, gestão e sistema de mando do capital, cuja consciência é dada pelo capital.” (ANTUNES, 2009, p. 238)

Sendo assim, é extremamente contraditório e curioso que apesar de um encantamento por parte de certos autores com as potencialidades emancipadoras e democratizantes do trabalho informacional, o que existe de fato é um mercado de trabalho extremamente hierarquizado a ponto de parte dos trabalhadores serem extremamente poderosos, se confundindo mesmo com a burguesia, enquanto a maioria dos trabalhadores nem mesmo os direitos mínimos possuem por estarem em condição de informalidade (PERELMAN, 1998). Ricardo Antunes (2009) cita, por exemplo, que “(...) quase 60% da população economicamente ativa encontra-se em situação próxima da informalidade em meados da década de 2000.” (p. 236).

O crescimento da informalidade e a criação de novas formas de emprego estabelecidas pela legislação possibilitaram segregar a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009) diferenciando-a legalmente e, eventualmente, equivalendo trabalhadores a empresas (GORZ, 2005).

Para Gorz (2005), mudanças legais e culturais em relação ao trabalho fariam com que uma parcela dos trabalhadores aja como empresas. Por exemplo, a facilitação legal em abrir uma empresa faz com que muitos trabalhadores abram empresas individuais e, dessa maneira, trabalhem sem direitos trabalhistas. Em tais condições os trabalhadores também perdem em poder de barganha por negociarem individualmente com grandes empresas em vez de coletivamente, como antes, por meio dos sindicatos. Por outro lado, mudanças culturais em relação a forma de se relacionar ao trabalho criaram a ideia de que é preciso “investir” em si mesmo para tornar a si mesmo mais produtivo e assim concorrer de forma mais competitiva no mercado de trabalho. Dessa ideia, decorre um entendimento bastante difundido de que é necessário estar sempre obtendo informações, “se atualizando”, na linguagem corrente do mundo corporativo. Os MBAs cumprem também este papel, isto é vender informações que “qualifiquem” os profissionais de gerência.

Podemos ainda propor que a concentração da possibilidade de criação de fato inovadora e ímpar em uma elite informacional, deixando a maior parte da população a tarefa de simples reprodução com alterações sutis baseada em processamento de

informações, é também uma forma de exploração e expropriação. Malin (1994) sugere essa ideia:

“A elite dessa sociedade, composta por “criadores originais”, fica restrita aos cientistas e engenheiros, desprezando-se a possibilidade de trabalhadores de fora dela produzirem conhecimento.” (MALIN, 1994, p. 12)

Podemos considerar que a elite informacional controla e domina o restante da sociedade. Parte do objetivo deste trabalho é compreender como os cursos de MBAs contribuem para essa diferenciação e oposição entre uma “elite quaternária da decisão” e o restante da sociedade.

Frente a discussão de Tomelin (1998) sobre as diferentes funções desenvolvidas pelo quaternário, bem como pelas discussões apresentadas por Malin (1994) e Barreto (1994), consideramos que os trabalhadores dos quaternários que tem como função a criação de decisões, são parte de uma elite informacional, que, contudo não tem como função apenas a criação de decisões, mas também de conhecimento e tecnologia. Pensamos, portanto, ser apropriado para os objetivos deste estudo, estabelecer um conceito que fizesse referencia a um grupo que é simultaneamente quaternário, elite informacional e responsável pela tomada de decisões. O denominamos, portanto, de elite quaternária da decisão

2. MBAs E SUA FUNÇÃO CORPORATIVA

"Há meio século, a meta teria sido a educação secundária; hoje, a educação superior é algo que passa a ser fundamental, para que as pessoas possam participar plenamente da vida da nação. "(SANTOS, 2000, p. 66)

Esse movimento de complexificação do uso da informação, exige das pessoas um nível de conhecimento elevado para que essas possam de fato participar da vida da nação, como defende Milton Santos (2000), e conhecimentos específicos para que os trabalhadores possuam emprego e salários suficientes para que esses mantenham uma existência que supere a sobrevivência; exige também, como já discutimos nesse trabalho, conhecimentos complexos, científicos e técnicos, dos agentes responsáveis pela manutenção de lucros crescentes, da competitividade das empresas e da hierarquia de postos de trabalho que sustenta essas supostas premissas do sucesso econômico. Dentre estes agentes, seguramente, os gestores (*managers*) possuem função especialmente relevante.

Gestores são profissionais que ocupam posições de liderança nas empresas, são responsáveis por coordenar equipes e tomarem decisões, de menor ou maior carga estratégica para a empresa, dependendo no nível hierárquico do posto ocupado. Gestores que ocupam elevadas posições nas empresas têm necessariamente acesso à informações sigilosas da empresa que os permitem construir uma análise estratégica do contexto e então produzir decisões.

Contudo, essas decisões não são baseadas apenas nas informações sigilosas da empresa, como também no conhecimento teórico, prático e técnico, dos próprios gestores, que o constroem ao longo do tempo em sua experiência acadêmica e profissional.

É nesse sentido que defendemos que os cursos de MBA ocupam uma função relevante na sociedade contemporânea, pois constituem um mecanismo de transmissão de informação entre a universidade e o mundo acadêmico em geral e as empresas por

meio de um treinamento técnico e teórico de gestores (GOLDRATT, 2006). Sobre essa questão, é esclarecedor o trecho transcrito a seguir retirado do site da ANAMBA:

“Nesta ótica, as relações mantidas pelos Membros da ANAMBA com o universo empresarial constituem a base para a criação de um network de informações, que permitem aos programas (de MBA) credenciados responder, com agilidade, aos inputs corporativos, ajustando-se às novas necessidades do mundo dos negócios, em rápida e constante evolução.” (ANAMBA, 2013)

Como fenômeno generalizado, a constituição desse elo entre academia e empresa é recente, pois é quando a economia se globalizou que a ciência e as técnicas se tornaram mais relevantes para o exercício da gestão (WOOD JR, 2002). É nesse sentido que é interessante refletir sobre a questão colocada por Jantsch (APUD, Tomelin, 1988) e que também é objeto de pesquisa e reflexão de Contel e Lima (2007) sobre a função e a centralidade política e econômica das universidades:

“A universidade deverá tornar-se o centro estratégico da sociedade. Ela é que deverá estudar as fronteiras e os elementos dos sistemas sócio-tecnológicos já conhecidos e os que forem aparecendo; é também ela que deverá propor os diversos planos possíveis para a elaboração de tais sistemas viáveis dinamicamente estáveis.” (Jantsch, 1972, p. 98 APUD TOMELIN, 1988, p. 101)

Observado essas considerações, pretendemos neste capítulo discorrer sobre o significado da sigla MBA, a origem e disseminação dos cursos identificados por esse nome no mundo e no Brasil, as funções desempenhadas pelos cursos de MBA na formação de quaternários (TOMELIN, 1988) e na disseminação de informações referentes à gestão empresarial. Para tal, serão utilizadas referências bibliográficas que discutem essas questões, matérias de jornais e revistas, bem como o levantamento de dados direto realizado em cinco entrevistas com os coordenadores de programas de MBA da FGV (Prof. Marina Heck), da FIA (Prof. James Wright), da BSP (Prof. Fernando Marques), com o coordenador da ANAMBA (Prof. Armando Dal Colletto) e com um dos sócios da empresa MBA (Ricardo Betti) que tem como objetivo preparar profissionais que pretendem cursar MBAs em escolas renomadas estrangeiras.

2.1. MBAs: de sua origem em Harvard à consolidação mundial da sigla.

É relevante retomarmos brevemente a origem dos cursos de MBA porque essa revela onde surgiu esse modelo de formação de gestores, que, em nosso entendimento,

está relacionado à concentração em poucos pontos em países centrais de agentes criadores dos modelos políticos, econômicos e teóricos que reorganizam o mundo. Entender de onde partem esses modelos contribui para esclarecer que o equívoco da “premonição” de que em um mundo ocupado pelas redes e comandado por meio de fluxos a dimensão espacial seria anulada.

Enfim, como já buscamos enunciar, o primeiro curso de MBA, que pautou todos os posteriores, foi criado em Harvard em 1908 (MITZBERG, 2004) e consistia em um mestrado profissional em administração de empresas. Segundo Cruz (2013), o motivo da criação desse curso seria aproximar os desenvolvimentos teóricos e técnicos ao mundo dos negócios, o que deveria trazer legitimidade para as universidades ao comprovar que essas poderiam de fato contribuir para a produção de lucro e, por outro lado, utilizar os conhecimentos científicos que deveriam ser utilizados para fins econômicos.

Somente no pós-guerra os cursos de MBA transporiam as fronteiras dos Estados Unidos, sem se desvincular, contudo, das políticas dessa nação. Os primeiros cursos de MBA fora dos Estados Unidos foram criados na Europa, primeiramente na Inglaterra, paralelamente ao plano Marshall e à instalação de unidades de multinacionais americanas neste continente. O discurso que justificava a criação desses cursos de MBA era o de que a Europa necessitava de gestores capacitados para que o crescimento econômico pudesse ser retomado (CRUZ, 2013, p. 15).

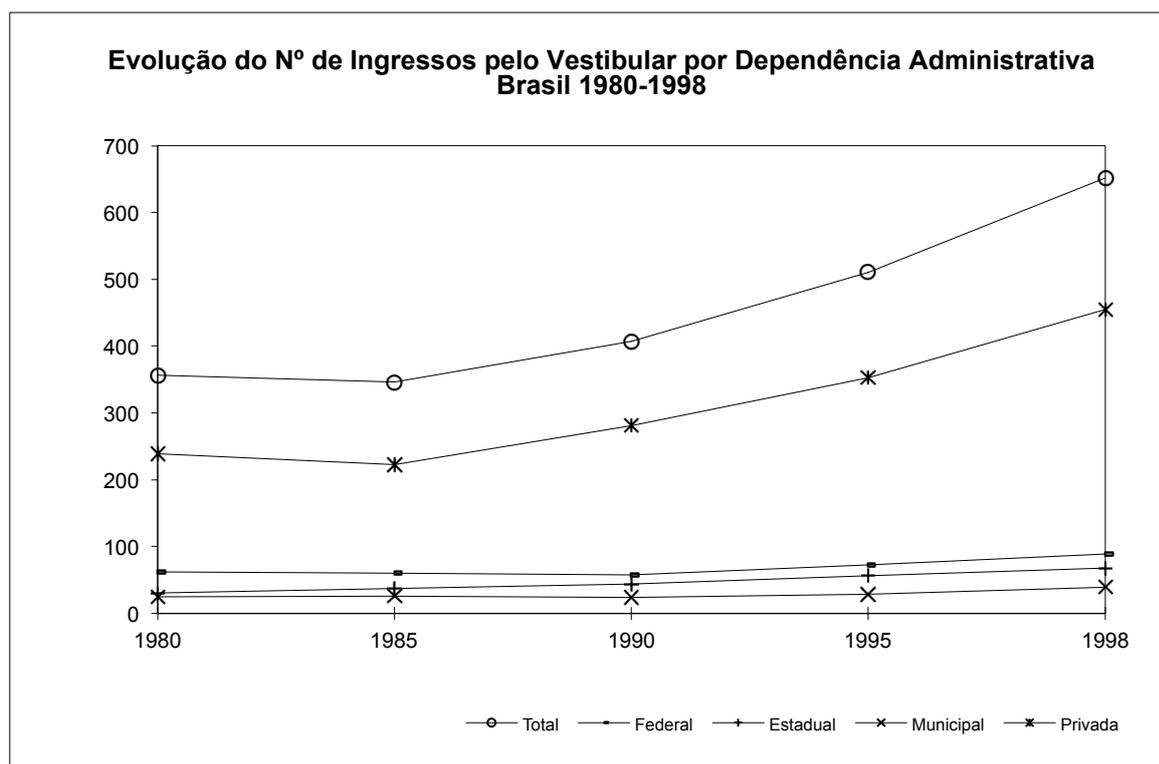
Semelhante foi o discurso utilizado para justificar a criação desses cursos no Brasil na primeira metade da década de 1990²⁷ (WOOD JR. e DE PAULA, 2002; CRUZ, 2012), quando o mercado brasileiro abriu suas fronteiras. Havia então a suposta necessidade de formar gestores apropriados às necessidades do capital externo, que entende que sem ciência e técnica não seria possível gerir uma empresa competitiva em escala mundial. Segundo o professor James Wright em entrevista realizada no dia 21 de Maio de 2013, a abertura econômica dos anos 1990 trouxe uma demanda por profissionais qualificados em quantidade não existente no país e os cursos de MBA são uma das formas encontradas para suprir essa demanda.

²⁷ Em concordância com os dados que nos deram os coordenadores de MBAs citados neste capítulo, o primeiro programa de MBA da FIA foi criado em 1992, da FGV em 1994 e da BSP em 1996.

Cabe observar que essa demanda por profissionais qualificados desencadeou o crescimento do sistema de educação superior no Brasil, sustentado, a partir dos anos 1985, sobretudo por instituições educacionais privadas como mostra o gráfico 2.

É interessante observar neste gráfico que em 1980 o número de estudantes ingressos no vestibular em instituições de ensino superior privadas já eram muito superior à quantidade de estudantes ingressos em instituições públicas. Durante as décadas de 1980 e 1990 o número de ingressos no ensino privado dobrou enquanto nas instituições de educação superior públicas houve um leve aumento. Observa-se que a curva referente ao número total de ingressos no vestibular acompanha a curva de ingressos no vestibular em instituições de ensino privada. Disso podemos, então, concluir que o aumento das vagas no ensino superior entre 1980 e 1998 foi sustentado por instituições privadas de ensino superior.

GRÁFICO 2²⁸



Fonte: MEC, Censo do Ensino Superior de 1980 a 1998.

Contel (2007) defende que essa prevalência da educação superior privada em detrimento da pública é uma política adotada pelos países pobres que beneficia

²⁸ Eixo y cada unidade corresponde a 1000.

instituições de ensino superior estrangeiras, em geral de países ricos, que encontraram nessas recém abertas economias um mercado educacional em grande expansão. Poderíamos ainda problematizar em que medida essa expansão da educação superior baseada em instituições privadas estaria inserida em uma política mais ampla de privatizações e liberalização da economia dirigidas pelo Consenso de Washington.

Em termos mundiais, os MBAs existem tanto em instituições públicas quanto privadas, contudo sempre são cursos pagos, ou por estarem inseridos em sistemas educacionais, como o britânico, em que os cursos mesmo de universidades públicas são pagos, ou por estarem inseridos em algum tipo de “braço privatizado” de instituições públicas. Nesse sentido, um exemplo é a FIA, que é uma fundação vinculada à FEA (USP), e que comercializa cursos, entre esses MBAs.

Entendemos, portanto, que a disseminação dos cursos de MBA no Brasil está inserida neste processo de expansão da educação superior sustentada por instituições privadas e dirigidas por demandas de empresas estrangeiras por profissionais capazes de conjugar ciência e técnica no exercício de seu trabalho.

Todos os entrevistados nesta pesquisa expressaram a necessidade de estabelecer um mercado de trabalho competitivo em relação aos padrões globais. Afirmativas relacionadas à necessidade de aperfeiçoar os cursos de MBA no sentido de aproximá-los dos níveis de qualidade dos cursos de MBA existentes nos países centrais, sobretudo no que se refere aos Estados Unidos, apareceram constantemente nas cinco entrevistas realizadas. Entre os elementos que compoariam esse padrão de qualidade foram citados quantidade de horas do curso de MBA, seletividade dos estudantes, tipo de conteúdos transmitidos e qualificação do corpo docente.

Dessa forma, podemos inferir a partir dos casos do Brasil e da Europa Ocidental que os cursos de MBA, baseados no modelo norte-americano, se disseminam nos territórios simultaneamente à incorporação desses à economia capitalista globalizada, cuja grande nação influente foi, ao menos até meados da década passada, os Estados Unidos. Poderíamos ainda pensar que a explicação para esse fenômeno encontrar-se-ia pela base territorial de desenvolvimento do modelo da economia capitalista globalizada, isto é assim como o estabelecimento da economia mundo tem forte influência da política externa estadunidense e dos investimentos diretos e indiretos de multinacionais dessa

nação, também a forma de gerir estaria em movimento de globalização sob forte influência dos modelos criados nessa nação.

É, portanto, por ser tratar de um modelo de gestão e de educação corporativa proveniente dos Estados Unidos e, em princípio, alheio às dinâmicas horizontais existentes no território brasileiro, que consideramos que os MBAs se constituem como disseminadores de informações descendentes tanto no que se refere a informações referentes a modelos de gestão, quando no que se refere a modelos de ensino de educação superior corporativa.

Há, contudo, uma ressalva a ser feita. Embora o modelo de MBAs, ou seja, o conteúdo abordado por esses cursos e seu formato pedagógico tenham sido exportados pelos Estados Unidos para o Mundo, tanto os entrevistados, quanto Wood. Jr (2002) e Cruz (2013) concordam em ponderar que existem particularidades no que se refere aos MBAs brasileiros em função das especificidades da economia, do território e da legislação nacional que serão exploradas a seguir. Essas especificidades aparentemente não alteram o objetivo pelo qual esses cursos foram exportados, pelo contrário, o corroboram, pois apenas reconhecem que para estabelecer qualquer tipo de atividades em um lugar é necessário que se considere as suas rugosidades²⁹ e suas particularidades sociais, do contrário o empreendimento estaria fadado ao fracasso. Essa certamente não é uma questão ignorada pelos grandes investidores.

2.2. MBAs no Brasil

Uma das principais diferenças levantadas durante as entrevistas entre os MBAs nos Estados Unidos e na Europa e aqueles brasileiros consiste na regulamentação desses cursos. Enquanto os MBAs brasileiros são considerados cursos de pós-graduação *lato*

²⁹ Em “*A Natureza do Espaço*”, Milton Santos explica o conceito de rugosidades (2006, p, 140): “Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.”

sensu, os MBAs estadunidenses e europeus são enquadrados como pós-graduação *stricto sensu*. Essa diferença de enquadramento dos cursos de MBAs na legislação de diferentes países faz com que essa sigla seja utilizada em cursos que são muito diversos em termos de carga horária, composição do corpo docente e mesmo área do conhecimento de enfoque.

Segundo a resolução de número 1 de 8 de Junho de 2007 do MEC, cursos de pós-graduação *lato sensu* podem ser ministrados em qualquer instituição de ensino superior credenciadas por este ministério, sem necessidade de autorização ou reconhecimento prévio do mesmo. Devem, contudo, seguir certos requisitos como: estarem credenciadas determinadas áreas do saber em que o curso de pós-graduação *lato sensu* se insere, o corpo docente desses cursos deve ser formado por pelo menos 50% de mestres e/ou doutores e devem ter a duração mínima de 360 horas em sala. A fiscalização desses cursos pode ser efetuada quando a instituição de nível superior em questão renova seu credenciamento com o MEC³⁰.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são regulamentados e controlados de forma pouco rígida quando comparados às pós-graduações *stricto sensu*, sobretudo pelo fato de não terem de ser reconhecidos e autorizados por nenhum órgão de público:

“Art. 6º Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por instituições de ensino superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional independem de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento e devem atender ao disposto nesta Resolução.” (MEC, 2001, p. 3)³¹

Essa falta de controle da abertura de cursos de pós-graduação *latu sensu* é entendida como prejudicial à qualidade dos cursos por todos os entrevistados. Outra questão presente em todas as entrevistas, bem como em Cruz (2013), se refere à

³⁰ Já os cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil são reconhecidos e autorizados pela CAPES, e não pelo MEC. Segundo a resolução desse ministério do dia 3 de Abril de 2001, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* só podem ser estabelecidos em instituições em que exista um grupo de pesquisa consolidado na mesma área, esses cursos devem ser aprovados e reconhecidos pelo Ministério da Educação, que o faz com base nos relatórios de avaliação da CAPES. Periodicamente, o reconhecimento desses cursos deve ser renovado pelo CNE. Para que o título de pós-graduação *stricto sensu* possa ser emitido é necessário que o estudante tenha defendido perante uma banca examinadora, em que pelo menos um dos professores pertença a outra instituição de ensino superior. Nessa resolução, não existem referências à titulação do corpo docente de pós-graduação *stricto sensu*, nem à carga horária mínima desses cursos.

³¹ Essa resolução pode ser consultada em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/resolucao12001.pdf> ou DOU nº 69 de 09 de abril de 2001, seção 1, páginas 12 e 13.

banalização da sigla MBA no Brasil em função da facilidade de uma instituição de ensino superior abrir um curso desse e ao prestígio internacional das siglas. Para Cruz (2013), a sigla MBA se tornou uma marca no mercado, com apelo internacional e a qual está ligada a uma ideia de inserção rápida no mundo dos negócios.

Para Marina Heck, em entrevista realizada dia 3 de Junho de 2013, muitos cursos de pós-graduação *lato sensu* são vendidos como MBAs, quando de fato são uma especialização. Ela ressalta que a sigla MBA deveria indicar cursos voltados à formação de gestores em posição de liderança, o que muito frequentemente não acontece. Da mesma forma, o mercado e certos mecanismos, como *rankings* efetuados pela mídia de negócios e associações credenciadoras de MBAs contribuiriam para distinguir que cursos de fato são MBAs, no sentido original da sigla, e que cursos são especializações que adotaram a sigla como uma forma de apelar para a marca associada a ela e assim vender melhor esses cursos.

Essa escassez de controle por parte de instituições públicas no que se refere a cursos de pós-graduação *lato sensu* é acompanhada de uma total falta de acompanhamento estatístico desses cursos. Não existem, por exemplo, registros de quantos cursos de pós graduação *lato sensu*, dentre eles os MBAs, existem no país, qual sua distribuição, qual é a demanda, quantos formados nesses cursos há, quais são as áreas etc. É muito complicado, portanto, a utilização e a obtenção de dados de pós-graduação *lato sensu*, o que dificulta o desenvolvimento de políticas públicas e pesquisa que tenham como objeto esse tipo de pós-graduação. Essa foi uma das maiores dificuldades encontradas durante a execução do presente estudo.

Pesquisas realizadas por Wood Jr. (2002) e Cruz (2013), tal qual as entrevistas realizadas por nós, demonstraram que para os fins da presente pesquisa, isto é, investigar os MBAs enquanto parte de um complexo corporativo³², deveriam ser excluídos os chamados “falsos MBAs”, isto é: os cursos de especialização que não seguem os objetivos iniciais do MBA de Harvard.

³² Para Silva (2001), “As empresas produtoras de informação que impulsionam mudanças substanciais na divisão do trabalho contemporânea, transformam as metrópoles em que se concentram verdadeiros “complexos corporativos” (J.N. Marchall, 1994, Wood, 1996, W. R. Goe, 1996, APUD SILVA, 2001, p. 104). Entendemos que os MBAs, apesar de não serem empresas produtoras de informações, são responsáveis por sustentar e aprofundar uma divisão social e territorial do trabalho baseada no uso da informação.

Decidimos, portanto, nos valer dos mecanismos já referidos que se propõe a realizar essa distinção, uma vez que a regulamentação estatal não cumpre essa função. Para os MBAs em território nacional, esses mecanismos podem ser resumidos no credenciamento de MBAs realizado pela ANAMBA e pelos rankings desenvolvidos pela Você S/A, cuja última versão foi publicada em 2010. Durante a realização da pesquisa esses rankings foram retirados do site da Você S/A³³.

Como já dito anteriormente, existem dois mecanismos principais cujo objetivo é distinguir os MBAs, ou seja, diferenciá-los em função de parâmetros diversos que garantiriam um nível de qualidade específico. Esses parâmetros são, basicamente, as credenciadoras e os *rankings* efetuados pela mídia de negócios.

Os *rankings* são pesquisas realizadas principalmente pela mídia especializadas em negócios, como a *US News and World Report*, *Financial Times*, *The Economist*, *BusinessWeek*, *Wall Street Journal*, entre outros. São realizados apenas com escolas que aceitaram participar do processo de avaliação realizado pela equipe desses grupos midiáticos. Cada *ranking* desenvolve parâmetros próprios, dentre esses, alguns dos mais frequentes são: impacto do MBA sobre o salário dos estudantes, opinião dos empregadores, opinião dos estudantes, retorno do investimento feito no curso de MBA³⁴ e contribuição acadêmica do corpo docente³⁵. (RICARDO BETTI em entrevista realizada em 8 de Maio de 2013)

Os *rankings* frequentemente apresentam ordens classificatórias diferentes em razão dos parâmetros utilizados e priorizados, contudo, em geral, apresentam uma lista coerente, ou seja, que de fato contém as escolas de negócios mais aptas a treinarem executivos para ocupar posições de liderança. O professor Armando Dal Colletto em entrevista realizada em 28 de Maio de 2013 expressou concordância com essa afirmação ao dizer que embora os *rankings* não necessariamente indiquem uma ordem hierárquica

³³ Tentamos contato com Talita Abrantes, membro do corpo editorial da você S/A e que escreveu algumas reportagens sobre MBAs, por e-mail bem como com a Editora Abril por meio do site dessa para obter mais informações sobre os *rankings* e mesmo os *rankings* anteriores a 2009 e o de 2010, contudo não obtivemos resposta. Dessa forma, conseguimos preservar somente o ranking realizado em 2009 que pode ser consultado no anexo dessa pesquisa.

³⁴Esse parâmetro é medido pelo tempo médio para que um estudante receba de volta o dinheiro gasto em custo do curso e custo de vida durante a realização do curso.

³⁵ Proporcional à quantidade e relevância de publicações e palestras do corpo docente.

entre as melhores escolas de negócios, as melhores escolas estão sempre “lá”. Portanto, consideramos coerente utilizar como componente do universo de MBAs estudados os cursos listados pelo rankings da Você S/A de 2009 (tabela 1, p. 52).

Os *rankings* estrangeiros não puderam ser usados amplamente porque as escolas de negócios brasileiras raramente encontram-se nesses *rankings*. Segundo Ricardo Betti em entrevista, existe uma tendência dos *rankings* ingleses e estadunidenses de priorizarem as escolas de negócios do próprio país. Por esse motivo, utilizamos somente o *ranking* de MBAs globais de 2012 da *Financial Times* por esse apresentar três escolas brasileiras. Consideramos também relevante utilizar pelo menos um *ranking* estrangeiro para que possamos ter um primeiro indício de como os MBAs se concentram em escala mundial.

Como citado anteriormente, as agências credenciadoras são outra forma de distinguir a qualidade dos MBAs. Essas tem como objetivo conferir um certificado de qualidade a MBAs que se submeterem voluntariamente ao processo de avaliação. Elas podem também orientar as escolas de negócios que não cumpriram os requisitos para serem credenciadas a alterarem certos aspectos de seus cursos de MBA para que consigam obter a certificação. Uma importante credenciadora é a AMBA (*Association of MBAs*), cuja sede está localizada em Londres e credencia cursos de MBA em todo o mundo. Em território nacional são cinco as escolas de MBA que possuem cursos credenciados por essa associação, sendo essas: Fundação Dom Cabral, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) e Fundação Instituto de Administração (FIA), estando todas essas instituições presentes no ranking da Você S/A de 2009 utilizado neste estudo, o que pode ser considerado mais um indício de que de fato os *rankings* contém as escolas de negócios mais importantes.

TABELA 1
RANKING DA VOCÊ S/A DE MBAs DE 2009 E
LOCALIZAÇÕES DOS CURSOS

POSIÇÃO	ESCOLA	CURSO	ESTADO	CIDADE	END	UTM
1	Global Executive MBA Program (ONE MBA)	FGV EAESP	SP	São Paulo	Rua Itapeva, 432.	-23.55985,-46.653159
2	MBA Executive International	FIA	SP	São Paulo	Rua José Alves da Cunha Lima, 172	-23.567438,-46.744405
3a	Executive MBA Empresarial	FDC	MG	Belo Horizonte		-19.919068,-43.938575
3b	MBA Executivo	Inspser-Ibmec	SP	São Paulo	Rua Quatá, 300	-23.598728,-46.676511
4a	Gestão Empresarial	FIA	SP	São Paulo	Rua José Alves da Cunha Lima, 172	-23.567438,-46.744405
4b	MBA em Gestão Empresarial	FGV	SP		Av. Paulista, 548 / Av. das Nações Unidas, 12.495	-23.567736,-46.648606 & -23.608326,-46.697366
5	MBA Executivo em Gestão de Negócios	Ibmec	RJ	Rio de Janeiro		-22.903539,-43.209587
6	MBA Executivo em Gestão Empresarial	Esic	PR	Curitiba		-25.428356,-49.273251
7	MBA Executivo	Ibmec	MG	Belo Horizonte		-19.919068,-43.938575
8	MBA Administração de Organizações	Fundace	SP	Ribeirão Preto		-23.702188,-46.624697
8	MBA Unifei	Unifei	MG	Itajubá		-22.426796,-45.452932
9	MBA em Administração	Unifacs	BA	Salvador		-13.007731,-38.461663
10	Executive MBA	BSP	SP	São Paulo	R. Jaceru, 247 - 8º andar	-23.622319,-46.693998
11	MBA Executivo	BBS	SP	São Paulo	Alameda Santos, 745	-23.567911,-46.651032
12	MBA Executivo	BSP	SP	São Paulo	R. Jaceru, 247 - 8º andar	-23.622319,-46.693998
13	MBA Executivo em Estratégia Empresarial	BSP	SP	São Paulo	R. Jaceru, 247 - 8º andar	-23.622319,-46.693998
14	Cedepe Business School	Cedepe Business School	PE	Recife		-8.054277,-34.881256
15	MBA Executivo	Estação Business School	PR	Curitiba		-25.428356,-49.273251
16	MBA Gerência Empresarial	Unitau	SP	Taubaté		-23.030938,-45.548324
17	MBA em Gestão de Negócios	Fucape Business School	ES	Vitória		-20.31536,-40.30176
18	MBA em Gestão Empresarial	Unisinos	RS	São Leopoldo		-29.760777,-51.152168
19	MBA em Administração de Negócios	Fiap	SP	São Paulo	Av. Lins de Vasconcelos, 1222 e 1264	-23.574102,-46.623184
20	MBA Empresarial	INPG/Sustentare	SC	Joinville		-26.305088,-48.846093
21	MBA em Planejamento e Gestão de Negócios	FAE	PR	Curitiba		-25.428356,-49.273251
22	MBA Executivo em Direção Estratégica	Universidade Positivo	PR	Curitiba		-25.428356,-49.273251
23	MBA Executivo	Trevisan	SP	São Paulo	Avenida Tiradentes, 998	-23.527327,-46.6305
24	MBA Executivo	Prudente de Moraes	SP	Itu		-23.290418,-47.291912
25	MBA em Gestão Empresarial	Ibgen	RS	Porto Alegre		-30.027704,-51.228735
26	MBA em Gestão de Negócios	Ietec	MG	Belo Horizonte		-19.919068,-43.938575
27a	MBA em Gestão Empresarial	Unitoledo	SP	Araçatuba		-21.210963,-50.425655
27b	MBA em Gestão Estratégica de Empresas e Negócios	Metrocamp	SP	Campinas		-22.907105,-47.063239
28	MBA em Gestão Estratégica de Negócios	UNA	MG	Belo Horizonte		-19.919068,-43.938575

Organização própria com base nos dados do ranking de MBAs de 2009 da Você S/A

Uma iniciativa nesse sentido foi recentemente realizada no Brasil, a ANAMBA, a única credenciadora nacional de MBAs até o momento, possui atribuições semelhantes à AMBA, contudo com foco no Brasil. Um dos coordenadores dessa credenciadora, o professor Armando Dal Colletto, em entrevista, esclareceu os objetivos da ANAMBA como sendo: (1) distinguir os MBAs das especializações *lato sensu* que se atribuem o mesmo nome; (2) diferenciar os MBAs segundo seu padrão de qualidade por meio de

diferentes credenciais e (3) orientar as escolas de negócios brasileiras no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de seus MBAs no Brasil.

Para tal, a ANAMBA criou dois tipos de credenciamento: padrão global e padrão Brasil, sendo o primeiro destinado a certificar cursos de MBA existentes no Brasil que são considerados com qualidade equivalente àqueles das melhores escolas de negócios do mundo e, o segundo, com o objetivo de certificar MBAs de qualidade suficiente para capacitar quadros gerenciais de hierarquia média. Haveria também uma diferença em relação ao tipo de profissional participante de cada curso, sendo o primeiro destinado ao que Barreto (1994) entende por elite informacional e o segundo destinado a profissionais com conhecimentos específicos em gestão, mas que não tomam decisões de alto nível estratégico nas empresas.

É interessante ainda notar que os MBAs para serem certificados como padrão Brasil devem ter pelo menos 360 horas/aula, como determinado pelo MEC, enquanto os MBAs padrão global devem ter pelo menos 480 horas/aulas. Sobre essa questão a professora Marina Heck, em entrevista, alertou para a diferença substancial que existe entre cursos com essas cargas horárias. A tendência para ela seria de que MBAs com carga horária de 360 horas/aula tenham desempenho inferior no que se refere à formação de lideranças do que aqueles que adotam cargas horárias superiores, como 480 horas/aula.

Em função de comparar as exigências da certificação padrão global, padrão Brasil e do MEC realizamos um quadro-síntese:

QUADRO 2
COMPARAÇÃO ENTRE AS EXIGÊNCIAS DE CREDENCIAMENTO PADRÃO BRASIL E
PADRÃO GLOBAL DA ANAMBA E RESOLUÇÃO SOBRE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU
DO MEC

	MEC	PADRÃO BRASIL	PADRÃO GLOBAL
OBJETIVO	--	Desenvolver nos estudantes: capacidade de liderança; de aplicar conhecimentos teóricos em novas circunstâncias e visando inovar na área da gestão.	Desenvolver nos estudantes: capacidade de liderança; de aplicar conhecimentos teóricos em novas circunstâncias e visando inovar na área da gestão.
PROCESSO DE SELEÇÃO	--	Os profissionais devem ter alguma experiência profissional e um diploma de nível superior. O processo seletivo deve ser baseado no currículo dos candidatos e priorizar a formação de turmas plurais.	Os profissionais devem ter formação superior concluída, experiência profissional de três anos, parte dessa em cargos de liderança ou devem ter perspectiva de ocupar cargos de liderança no curto prazo. O processo seletivo deve avaliar as capacidades lógicas, quantitativas e de interpretação de texto por meio de análise de currículo, entrevistas ou teste de avaliação. Deve priorizar a formação de turmas plurais.
CARGA HORÁRIA	360 horas/aula	360 horas/aula (máximo 20% em por meio de EAD)	480 horas/aula (máximo de 20% por meio de ead)
DISCIPLINAS	--	260 horas/aulas, no mínimo, em: ética, sustentabilidade, finanças, operações, recursos humanos, comportamento organizacional, teoria da decisão, métodos quantitativos, tecnologia da informação, economia, marketing, liderança e comunicação e estratégia.	320 horas/aula no mínimo em: ética, sustentabilidade, finanças, operações, recursos humanos, comportamento organizacional, teoria da decisão, métodos quantitativos, tecnologia da informação, economia, marketing, liderança e comunicação e estratégia.
CORPO DOCENTE	Mínimo de 50% de mestres e/ou doutores	100% do corpo docente com pós-graduação <i>latu sensu</i> 50% de mestres ou doutores Devem publicar regularmente no que se refere à área de negócios nos últimos 5 anos.	100% do corpo docente com pós-graduação <i>stricto</i> ou <i>latu sensu</i> 70% do corpo docente de mestres ou doutores, e desses 20% necessariamente doutores Deve apresentar publicações relevantes no que se refere à área de negócios nos últimos 5 anos.
INFRA ESTRUTURA	--	Recursos didáticos, biblioteca, recursos tecnológicos e pessoal de apoio adequados.	Recursos didáticos, biblioteca, recursos tecnológicos e pessoal de apoio adequados.
TCC	--	Obrigatório, individual e orientado por um professor. Sem obrigatoriedade de defesa perante uma banca.	Obrigatório, individual e orientado por um professor. Sem obrigatoriedade de defesa perante uma banca.
OUTAS EXIGÊNCIAS	Que a instituição possua graduação na área	Documentação referente às exigências deve estar disponível para fiscalização do credenciamento.	Documentação referente às exigências deve estar disponível para fiscalização do credenciamento.

Elaboração própria com base no documento de padrões de credenciamento da ANAMBA e da resolução do MEC (2007) sobre cursos de pós graduação *latu sensu*.

O quadro dois explicita o que tentamos demonstrar precedentemente, isto é que para os cursos de MBA serem bem classificados nos *rankings* ou serem credenciados pela ANAMBA, ou por outras associações estrangeiras, devem seguir critérios muito mais rígidos do que aqueles estabelecidos pelo MEC para a abertura de MBAs. Portanto, isso significa que para o mercado os MBAs não são equivalentes a uma pós-graduação *lato sensu*, mas sim constituem uma categoria específica de pós-graduação. Essa diferença entre a concepção do mercado do que seria uma MBA, baseada no modelo estadunidense desses cursos, e a legislação brasileira, que o enquadrou na categoria pós graduação *lato sensu*, acabou por estabelecer uma confusão na utilização dessa sigla.

Consequentemente, existe uma insatisfação de muitas escolas de negócios brasileiras que procuram seguir o modelo de MBAs estrangeiro, praticado amplamente na Europa e nos Estados Unidos, com essa utilização da sigla MBA para designar especializações, inclusive de áreas diversas, isso é, que não se enquadram dentro da administração de empresas.

Dentro desse contexto, escolas de negócios e iniciativas outras privadas buscam por meio desses mecanismos cumprir o papel de distinguir os cursos de MBA, o que ademais estabelece um outro mercado. Por exemplo, Ricardo Betti, em entrevista, afirmou que, em geral, as revistas de negócios vendem cerca de dez vezes mais nas edições que são divulgados os *rankings* de MBAs. Já as associações certificadoras cobram para executar o processo de credenciamento.

Em relação às certificações da ANAMBA é interessante notar que embora os objetivos dos MBAs certificados como padrão global e padrão Brasil constam como sendo os mesmos, existe uma diferença considerável no que se refere à rigidez do processo seletivo desses cursos. Em relação a isso, o professor Armando Dal Colletto, em entrevista, afirma que os MBAs certificados como padrão global buscam desenvolver as capacidades de liderança e de tomada de decisão dos profissionais que já fazem parte de uma elite informacional (BARRETO, 1994) ou que tem perspectiva de se tornar parte dessa elite em breve.

Essa diferença relacionada à posição hierárquica ocupada nas empresas pelos estudantes e a conseqüente diferente condição de acesso a informações produtivas das empresas são um indício que, em realidade, há diferenças de objetivos entre os MBAs credenciados como global e aqueles credenciados como padrão Brasil.

Os cursos de MBAs credenciados pela ANAMBA como padrão global e suas respectivas escolas de negócios encontram-se listados na tabela 2³⁶:

TABELA 2
CURSOS DE MBA E ESCOLAS DE NEGÓCIOS CERTIFICADAS
COMO PADRÃO GLOBAL PELA ANAMBA

ESCOLAS	CURSOS	LOCALIDADE	UTM
BSP	Executive MBA MBA executivo em estratégia empresarial MBA executivo em liderança e gestão de pessoas MBA em gestão empresarial MBA em finanças MBA em marketing MBA em gestão da tecnologia da informação	São Paulo, SP	
FECAP	Curso MBA em gestão de negócios	São Paulo, SP	
FIA	MBA gestão empresarial MBA executivo internacional MBA varejo bens e serviços MBA gestão de negócios, comércio e operações internacionais MBA conhecimento, tecnologia e inovação MBA finanças MBA marketing MBA administração de projetos MBA gestão da tecnologia da informação MBA marketing de serviços MBA gestão de empreendedorismo social MBA recursos humanos	São Paulo, SP	
INSPER	Curso MBA executivo MBA executivo em finanças MBA executivo em gestão da saúde	São Paulo, SP	
KATZ	Curso Executive MBA	São Paulo, SP	
EA/UFRGS	Curso MBA executivo internacional	Porto Alegre, RS.	

Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pela ANAMBA

Comparando as escolas de negócios que possuem credenciamento pela ANAMBA e as listadas pelo *ranking* da Você S/A de 2009 conclui-se que existe uma considerável

³⁶Em entrevista, o professor e coordenador da ANAMBA, Armando Dal Colletto, nos informou que existem cursos de MBA em processo de credenciamento como padrão Brasil, contudo não há nenhum processo concluído desse tipo de credenciamento até o momento.

intersecção: das escolas de negócios que possuem cursos credenciados pela ANAMBA somente os cursos da FECAP, KATZ e EA/UFRGS não são contempladas por ambos mecanismos. A razão para as intersecções entre esses mecanismos poderia ser objeto de pesquisas futuras, contudo há de se considerar que cada um deles possuem propostas diversas, que embora sejam pautadas por objetivos gerais similares (ou seja, designar a qualidade dos MBAs), utilizam parâmetros e procedimentos diversos para fazê-lo.

Para o presente estudo, decidimos utilizar tanto as listas de escolas de negócios e cursos de MBAs listadas pelo ranking da Você S/A, quanto os cursos e escolas de negócios credenciados pela ANAMBA, referentes às tabelas 1 e 2. Houve uma certa dúvida em estabelecer dessa forma o universo a ser estudado, contudo a dificuldade de se obter informações sobre MBAs por meio de outras fontes, bem como os fins da presente pesquisa, nos levaram a concluir ser esse o melhor caminho a tomar. Essa foi uma questão levantada nas entrevistas realizadas com os professores Ricardo Betti, Armando Dal Colletto e Marina Heck, que concordaram que dentro dos objetivos deste trabalho e dado as condições possíveis de obtenção de dados, essa seria uma escolha coerente. O parecer desses professores e profissionais que há muito se relacionam com cursos de MBAs e aos seus dilemas, nos deixaram mais confiantes para seguir a pesquisa baseada em tal universo.

Dado que o objetivo dessa pesquisa é investigar se e como os MBAs fazem parte ou do complexo corporativo brasileiro cujo centro é São Paulo, ou, pelo menos fazem parte de uma estrutura que contribui para a sua reprodução e sustentação, entendemos que só nos interessam cursos que levam a sigla MBA que de fato tem influência sobre a formação de quadros gerenciais que lidam, produzem e transmitem informações produtivas. (SILVA, 2001)

Entendemos assim que os MBAs credenciados pela ANAMBA e os MBAs presentes no *rankings* da Você S/A juntos nos oferecem um conjunto representativo dos cursos que, em relação à discussão realizada precedentemente, são os “verdadeiros” MBAs brasileiros, isto é aqueles que mantêm a mesma identidade e realizam os mesmos objetivos dos cursos que são conhecidos como MBAs no restante do mundo.

2.3. Contribuição dos MBAs à sustentação e à reprodução do complexo corporativo brasileiro

Há uma polêmica na literatura da administração de empresas no que se refere à contribuição dos MBAs para a formação de gestores líderes. O principal precursor dessa polêmica é provavelmente Mintzberg (2003), que apresenta diversas críticas ao modelo de MBAs como forma de qualificar de gestores. Segundo ele, esses cursos privilegiariam o desenvolvimento de *hard skill* sem em detrimento de *soft skills*, isto é privilegiariam a capacitação técnica e teórica dos profissionais envolvidos no curso, dando importância reduzida a capacidades de lidar com pessoas e de conduzi-las. Segundo Mintzberg (2003) essa priorização de *hard skills* seria traria impactos negativos para a gestão.

Outra crítica é de Wood Jr. e De Paula (2002) que defendem que o conteúdo transmitido pelos MBAs brasileiros é descontextualizado, por estar baseado em literatura estrangeira e de orientação muito tradicional (isto é, seguem a linha liberal em administração de empresas, que acredita que a empresa deve apenas maximizar os lucros dos acionistas). Essas suas características conjugadas, segundo os autores, contribuiriam para a disseminação e consolidação de práticas de gestão que deveriam ser superadas.

Quando interrogados sobre quais seriam as principais escolas teóricas de administração de empresa no mundo, e, portanto de onde derivariam as principais práticas de gestão, os entrevistados deram respostas muito diversas. Por exemplo, o professor James Wright citou três diferentes focos da gestão e seus principais centros, sendo esses: Escola de Chicago, cujo foco é finanças e ferramentas financeira; Universidade de Stanford, focada em empreendedorismo e Harvard, preocupada sobretudo com estratégia em mercados globais. Já Ricardo Betti ressaltou a diferença entre métodos de ensino (por estudo de caso ou aulas expositivas) e defendeu que os MBAs, enquanto linha teórica, seguem o liberalismo como um todo. Fernando Marques citou a crescente necessidade de ampliar o conhecimento e fortalecer a prática de sustentabilidade das empresas.

Essa foi uma dificuldade encontrada pela pesquisa, porque embora todos os entrevistados, tal como Cruz (2013), concordem que há uma importante função dos MBAs de levarem aos gestores e futuros gestores questões teóricas importantes

desenvolvidas nas universidades, não conseguimos identificar claramente quais seriam os paradigmas de gestão dos quais derivariam os métodos e técnicas administrativas. De qualquer forma, inferimos que estes paradigmas existem, sobretudo pela tensão identificada no livro de Mintzberg (2003) entre *hard* e *soft skills* e pelas críticas de Wood Jr. e De Paula (2002) em relação a métodos tradicionais de gestão.

Tantos os entrevistados quanto Cruz (2013) concordam que uma das principais funções dos MBAs seria a de disseminar conhecimentos produzidos em poucas universidades, em sua maioria estrangeiras, sobre administração de empresas aos gestores e futuros gestores de empresas e que esses cursos, quando de qualidade, executariam satisfatoriamente esse papel. Nesse sentido, Cruz (2013), em referência as críticas de Mintzberg (2003) e outros autores que também defendem que os MBAs não são bem sucedidos na sua função de formar gestores líderes coloca:

“Em contraposição a essas críticas, surgiram pesquisas acadêmicas confirmando o potencial dos MBAs em impactar o desempenho profissional e a carreira de seus alunos. Baseados nas críticas sobre a utilidade prática dos MBAs, Slater e Dixon-Fowler (2010) verificaram se e como o MBA influenciou o desempenho de CEOs. Em uma amostra de 416 empresas listadas na Standard and Poor’s (S&P), eles testaram empiricamente a relação entre o CEO possuir um certificado de MBA e o Corporate Environmental Performance (CEP) da empresa. Os autores concluíram que há uma relação positiva, isto é, organizações dirigidas por CEOs graduados em MBAs apresentam desempenho geral superior.” (CRUZ, 2013, p. 29)

Segundo essa mesma autora, haveria outros indícios de que os MBAs são eficientes no que se refere à formação de líderes de gestão, que seriam: o aumento da empregabilidade dos estudantes formados; o aumento de salário; melhor desempenho dos formados em suas funções empresariais; crescimento das possibilidades de promoções de cargo; melhoria na relação entre os formados e seus colegas em função de crescimento da auto-confiança dos primeiros, que após graduados em um MBA, sentem-se mais preparados para enfrentar as tarefas no ambiente corporativo.

Outras questões levantadas por Cruz (2013) são (a) a importância dos MBAs para a expansão do *network*³⁷ de contatos, o que, segundo James Wright e Ricardo Betti seriam um dos grandes diferenciais de MBAs realizados no exterior ou de MBAs brasileiros com viagens de estudo: essa vivência no exterior possibilitaria a construção de um *network* de contatos internacional e (b) a troca de informações (possivelmente produtivas) entre estudantes.

³⁷ Em tradução livre, *network* pode ser entendido como rede, portanto *network* de contatos como rede de contatos.

James Wright, em entrevista, colocou ainda que a grande diferença entre os melhores MBAs brasileiros e estadunidenses ou europeus, não é em si a qualidade das aulas ou a experiência profissional e a formação acadêmica dos alunos, mas sim a produção de informações na universidade local. Um MBA localizado em uma universidade que produz as principais informações e teorias em administração tem a vantagem de estar sempre atualizado. Portanto o tempo entre a produção de uma informação e a recepção desta pelo receptor é um fator importantíssimo no mundo dos negócios e parte importante da produção de renda diferencial

Por fim, pode-se considerar que os principais fatores de contribuição dos MBAs para a manutenção e reprodução do complexo corporativo são: a transmissão de informações, mais ou menos recentes, das universidades às empresas e de uma empresa à outra por meio dos estudantes de MBAs; a possível expansão da rede de negócios por meio da rede de contatos formadas nesses cursos pelos estudantes e, finalmente, a capacitação de profissionais em termos de uso complexo das informações no sentido de tomada de decisões eficientes para os objetivos das empresas.

3. DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO, FUNÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO E A CONTRIBUIÇÃO DOS MBAs

“São Paulo torna-se, também, a metrópole dos serviços, metrópole terciária, ou, melhor ainda, quaternária, o grande centro de decisões, a grande fábrica de ideias que se transformem em informações e mensagens, das quais uma parte considerável são ordens.” (SANTOS, 2009b, p. 14)

“Cidade abastada e cidade pobre formam uma só cidade.” (SANTOS, 2009b, p. 14)

Um dado fundamental para compreender as dinâmicas econômicas e sociais da contemporaneidade é a divisão territorial do trabalho, que pode ser entendida como distribuição do trabalho vivo, materialidade, energia empregada ao processo produtivo (SANTOS, 2009b). Parte necessária, intrínseca ao trabalho vivo é o trabalho morto, que é a materialização do trabalho vivo, ou seja relíquias de um trabalho precedentemente executado. Como não poderia deixar de ser, a divisão territorial do trabalho é profundamente influenciada pelo trabalho morto, mesmo porque não há trabalho vivo sem produção de trabalho morto, como não é possível trabalhar sem uma base material suficiente, isto é, que viabilize o processo produtivo buscado.

Considerando essas colocações, a divisão territorial do trabalho não pode ser entendida sem que se considere as condições particulares desses dois fatores (trabalho vivo e trabalho morto) no lugar. Essa tarefa analítica deve ser feita sempre com base nas características fundamentais do período histórico em questão, discutidas no capítulo um.

Retomando o que foi discutido: entendemos que o período contemporâneo do capitalismo é particularizado pela relevância estratégica da variável informação na organização da produção; pela importância da informação enquanto mercadoria; pela

dispersão das etapas do processo produtivo; pelo aumento dos fluxos materiais e imateriais; por uma condição diversa do trabalho, baseada na individualização do trabalhador; por novos tipos de trabalho, baseados em diferentes níveis de complexidade do “lidar com a informação”; pela divisão entre propriedade e gestão da propriedade (gestores enquanto agentes da decisão). Também consideramos que o período contemporâneo é caracterizado por uma unicidade da economia-mundo, composta por: compatibilidade entre os objetos técnicos (unicidade técnica); pela possibilidade de saber o que ocorre alhures e agir remotamente (convergência dos momentos) e por uma disseminação muito ampla do busca pelo lucro como balizador das atividades políticas e econômicas (motor único) (SANTOS, 2006).

Sendo assim, para entender a divisão territorial do trabalho é necessário compreender também qual é a função da informação na organização dos espaços.

3.1. O trabalho que lida com a informação e a hierarquia espacial

São as características da força de trabalho e das forças normativas, a qualidade e abrangência das redes de transporte e comunicação, a densidade dos serviços, a proximidade dos mercados e, eventualmente, a distância em relação à matéria prima, que motivam as escolhas locacionais das empresas (CORRÊA, 1996; SANTOS, 2001).

Como no capitalismo contemporâneo as atividades produtivas são diversas uma das outras e podem ser altamente específicas, são múltiplas as combinações entre as características espaciais consideradas no momento de escolha locacional de investimentos. Inseridos nesse mercado globalizado os lugares competem entre si por investimento e buscam se adaptar às exigências de um grupo específico de agentes econômicos (SANTOS, 2001)³⁸.

“Os lugares se especializam, em função das suas virtualidades naturais, de suas realidades técnicas, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente.” (SANTOS, 2001, p. 248)

³⁸ São diversos os exemplos, Santos (2001, p. 249) cita a transferência do grupo Hoover, estadunidense, de Dijon na França para Glasgow, na Escócia, como resultado das novas possibilidades normativas estabelecidas pela União Europeia. Outros exemplos bem conhecidos são a atração de empresas de informática e eletrônica no Vale do Silício (Estados Unidos) e os inúmeros casos de *outsourcing* (sobre esse termo ver nota de rodapé 10).

Tal especialização dos lugares não se dá, como ressalta Santos (2009b), em referência a um espaço liso, desprovido de história. São as heranças culturais, as relações sociais presentes e o trabalho morto, concretizados em sistemas de objetos técnicos, que condicionam essa especialização. É nesse sentido que podemos dizer que certos lugares têm uma vocação prévia a atrair tipos de investimento específicos, enquanto outros, pelo contrário, são rapidamente modificados para que tal “vocação” seja criada. Essa aceleração extremada da construção do meio geográfico frequentemente traz sérios problemas sociais.

Portanto, é também a sobre as rugosidades³⁹ (SANTOS, 2001), as heranças socioculturais e materiais que se criam as hierarquias entre os subespaços. É nesse sentido que lugares centrais do capitalismo, que há muito vem se modernizando, acolhendo e controlando as inovações, têm uma vantagem comparativa a países e lugares não industrializados.

Hoje um dos principais fatores de organização dessa hierarquia no sistema-mundo é a adaptação dos lugares a receber atividades de processamento, controle, produção e transmissão de informações produtivas⁴⁰. Os agentes que a processam, a controlam e a produzem se concentram em poucas metrópoles no mundo. Essa concentração se dá em função de uma necessidade de proximidade entre certas atividades produtivas. Exemplos disso são centros de consumo de luxo, sedes de empresas, centros bancários e centros educacionais, como aqueles que oferecem cursos de MBAs. Esse conjunto de atividades econômicas requer uma alta variedade de objetos e agentes.

São as grandes cidades, as metrópoles, que têm condições, por seu tamanho e pluralidade em termos sociais e de capital e trabalho⁴¹, de receber uma diversidade tal de atividades econômicas (SANTOS, 2009b).

“Sua inserção (da rede urbana) no sistema mais global de informações, de que depende seu próprio significado, na maior parte das vezes, depende da metrópole. Está aí o novo princípio da hierarquia, pela hierarquia das informações...”
(SANTOS, 2009a, p. 102)

³⁹ Ver nota 34.

⁴⁰ Para uma conceptualização de informação produtiva ver quadro 1, elaborado por Silva (2001).

⁴¹ “(...) (é a metrópole) o locus por excelência das relações sociais e econômicas.” (PANIZZI, 1990, p. 51; APUD, SANTOS, 2009a, p. 83).

O valor da informação, como bem colocado por Dantas (2003), se realiza na sua circulação (do capital). Como a circulação também prescinde de objetos técnicos conectados em rede que permitam a aceleração do tempo (computadores ligados à intra ou internet, sistemas telefônicos, cabos de fibra ótica, rede de energia elétrica, etc.) é uma consequência lógica que os lugares que concentram processamento, produção e controle de informação são que também são altamente densificados⁴² em termos de técnica.

É nesse sentido que Corrêa (1996) afirma que as metrópoles são os centros de gestão do território, são os nós que polarizam as redes, que têm uma dimensão técnica e uma dimensão informacional. Suas densidades técnica e informacional (SANTOS, 2001) é que viabilizam a gestão. Essa gestão, que segundo Corrêa (1996) consiste em conceber, planejar e dirigir o processo produtivo, isto é: “o complexo ciclo de reprodução do capital.” (CORRÊA, 1996, p. 26). Há, portanto uma estreita relação entre gerir e decidir.

Tomelin (1988) como já discutido precedentemente neste trabalho (ver capítulo 3) esclarece que a decisão é uma atividade informacional, por excelência quaternária. Consequentemente, a gestão do território é uma atividade informacional, que dada a complexidade do processo produtivo requer altos conteúdos de ciência e técnica, assim como ampla pactuação política.

Com base nesse raciocínio, Tomelin (1988) afirma que a hierarquia entre os países é estabelecida de acordo com a concentração e o tipo de atividades quaternárias nesses desenvolvidos. Dessa forma, para ele, um país desenvolvido seria aquele que concentra atividades quaternárias, relacionadas à criação de informação, por outro lado países que apenas consomem ou processam informação seriam subdesenvolvidos.

Poderíamos ainda pensar se de fato as capacidades organizacionais e as informações organizadoras não são, em verdade, desenvolvidas em pontos na cidade. Silva (2001) demonstra como as atividades de alta complexidade informacional estão concentradas na região da Paulista e da Berrini. Por esses motivos, utilizaremos os

⁴² Sobre densidade técnica Santos (2001, p. 357) discute: “A *densidade técnica* é dada pelos diversos graus de artifício. As situações limite seriam, de um lado, uma área natural jamais tocada pelo homem - uma ecologia selvagem - e, de outro lado, uma área onde haja apenas aquilo a que Simondon (1958) chamou de objetos técnicos maduros, como no centro de negócios renovado de uma grande cidade, onde espaços inteligentes são dispostos para atender prontamente às intenções dos que o conceberam e produziram, objetos muito mais perfeitos que a própria natureza.”

conceitos de centro, de cidades e de subespaços rurais para criar um esquema básico de hierarquização espacial:

QUADRO 3:
HIERARQUIZAÇÃO ESPACIAL, INFORMAÇÃO E DECISÃO.

Posição Hierárquica	O Lidar com a Informação e a tomada de Decisão		
	Complexidade Decrescente 		
	Criação	Processamento e Transmissão	Consumo
Centro de gestão global			
Centro de gestão nacional ou regional			
Cidades pequenas, médias e subespaços rurais.			

Elaboração própria

Dada a discussão precedente, bem como as observações de Corrêa (1996), concluímos que uma cidade como São Paulo, localizada em um país periférico, não pode ser entendida como um centro e gestão global. Outras pesquisas já demonstraram essa questão, como Santos (1999b) e Silva (2001). Pretendemos demonstrar como os MBAs, sua distribuição e a hierarquia das escolas de negócios contribuem para a reprodução de São Paulo enquanto um centro de gestão nacional, mas não mundial.

3.2. São Paulo, um centro de gestão nacional e a contribuição dos MBAs.

O município de São Paulo apresenta números incomparáveis no que se refere à concentração demográfica, participação no PIB, concentração de universidades, produção intelectual, sedes de grandes corporação e de bancos (SILVA, 2001, p. 67). É também a sede da bolsa de valores brasileira e a sede do jornal de maior circulação no

Brasil: a Folha de São Paulo. Se considerarmos a região metropolitana, então, esses números tornam-se ainda mais expressivos.

Para ilustrar essas afirmações, expomos alguns números: em 2010 o município de São Paulo foi o que mais contribuiu para o PIB brasileiro sendo responsável por 11,77% desse (IBGE, 2012); na região metropolitana de São Paulo em 2000 habitavam cerca de 17 milhões de pessoas, quase 9% da população brasileira (IBGE, 2009).

Porém, segundo Santos (2009b), a primazia de metrópole paulistana se dá sobretudo em razão da concentração das atividades quaternárias, que são muito importantes em todo o sudeste, mas cujo o centro está em São Paulo.

É importante ressaltar que é a concentração em si de atividades quaternárias superiores em São Paulo que, ao lado das atividades financeiras e de gestão do capital, lhe confere primazia, envolvendo o que Berreto (1994) denominou elite informacional (ver capítulo 1). Fazem parte dessas atividades a criação e distribuição de informação desenvolvida em centros universitários, com destaque para a USP e para FGV no que se refere aos campos da economia e da administração. Também as atividades de processamento, em menor escala, e de produção de informações produtivas e segredo fazem parte desse conjunto de atividades quaternárias (SILVA, 2001; 2009).

Essas informações, que muitas vezes são produzidas em metrópoles globais, como Londres, Paris e Nova Iorque devem, ao chegar ao Brasil, primeiro passar por São Paulo, pela sede das grandes empresas multinacionais, de bancos ou pela bolsa de valores, e posteriormente são distribuídas pela rede urbana. É por antes receber, controlar e processar as informações que São Paulo é capaz de manter e reproduzir sua primazia.

Essas informações, que são estratégicas ao processo produtivo desenvolvido em todo território nacional e latino-americano, são, sob o comando da metrópole paulistana, distribuídas pela rede urbana, enviadas aos seus destinos finais. É nesse sentido que Santos (2009b) se refere à onipresença da metrópole, que se impõe em escala continental.

“A nova divisão do trabalho territorial atinge também a região concentrada, nela privilegiando não só a cidade de São Paulo, mas a respectiva Região Metropolitana. A acumulação de atividades intelectuais ligadas à nova modernidade assegura a essa área a possibilidade de criação de numerosas atividades produtivas de ponta. Ambos os fatos garantem preeminência em relação às demais subáreas e atribuem, por isso mesmo, novas condições de

polarização. Atividades modernas presentes em diversos pontos do país necessitam apoiar-se em São Paulo para um número crescente de tarefas essenciais. São Paulo fica presente em todo o território brasileiro graças a esses novos nexos gerados de fluxos de informação indispensáveis ao trabalho produtivo.” (SANTOS, 2009b, p. 38)

Foi por suas características espaciais construídas historicamente que à cidade de São Paulo foi conferida a função no sistema global de cidades de subcomandar, isto é: de decidir em escala nacional e até continental, mas de processar e transmitir em escala global. É por esse motivo que decidimos nos referir à cidade de São Paulo como um centro de gestão nacional (ver quadro 3, p. 65).

Quando nos referimos às características espaciais construídas historicamente, nos referimos ao espaço contíguo modernizado de que a região metropolitana de São Paulo é parte, que inclui uma rede urbana densa, uma produção industrial e agrícola modernizadas, condição única é a de São Paulo como metrópole de país periférico (SANTOS, 2009b).

Em realidade, a primazia em termos econômicos de São Paulo é anterior ao estabelecimento do período do capitalismo informacional: foi baseada no comércio na transição entre o século XIX e XX; fundada na indústria até a década de 1980 e a partir de então começa a de dar pelo controle da informação (SANTOS, 2009b, p. 41). Essa primazia, portanto, se estende no atual período com base nas rugosidades⁴³, heranças socioculturais e materiais, divisões do trabalho pretéritas.

Discutimos no capítulo um a importância da qualificação do trabalho para a produção, controle, processamento e distribuição de informações. Contel (2007) nos fala nesse sentido de uma geopolítica do conhecimento. Para esse autor, uma vez que a capacidade de lidar complexamente com a informação, variável estratégica na produção, depende da qualificação profissional da qual estão encarregadas centros universitários, a distribuição e privatização desses faz parte do exercício do poder.

Entendemos que os cursos de MBAs fazem, portanto, parte dessa geopolítica do conhecimento da qual nos fala Contel (2007) e que a concentração dos melhores cursos de MBA na cidade de São Paulo indica a contribuição dos desses para a sustentação e

⁴³Ver nota 34.

reprodução da primazia desse país e dessa metrópole, a depender da escala, e de sua condição de onipresença.

Por outro lado, consideramos que os MBAs, por reproduzirem, embora de forma adaptada, o modelo estadunidense e teorias de gestão hegemônicas, desenvolvidas sobretudo em universidades localizadas nas cidades globais, reafirmam a condição de metrópole do “subcomando” de São Paulo, um centro de gestão nacional.

Os mapas dois e três demonstram como a distribuição dos cursos de MBA seguem a distribuição de atividades quaternária na escala nacional e municipal (no caso do município de São Paulo). Já o mapa um revela essa concentração em escala mundial segundo o ranking da *Financial Times* de 2012.

Esses três mapas demonstram a tendência de concentração dos MBAs em metrópoles e, com importância mais restrita, em cidades médias, corroborando discussão baseada em Santos (2009b) feita precedentemente de que existe uma tendência de concentração espacial de atividades econômicas em geral, e sobretudo de atividades econômicas ligadas à produção, disseminação e processamento de informação em níveis diversos de complexidade, em metrópoles. É, contudo, notável que essa tendência é mais importante em países periféricos. Um exemplo interessante é o da França que possui apenas dois cursos de MBA dentre aqueles listados como melhores pela *Financial Times* em 2012: um em Paris (metrópole global) e um em Fontainebleau, uma cidade média. Os Estados Unidos, país com maior número de MBAs listados pelo ranking (57 em 121) e o Reino Unido, segundo país com maior número MBAs listados (15 em 121), apresentam uma distribuição equilibrada entre metrópoles e cidades média. Em Nova Iorque, por outro lado, existem apenas 2 cursos listados, mesmo número existente em Cambridge (MA⁴⁴). Há, contudo, uma concentração na parte leste dos Estados Unidos desses cursos de MBA. Já no caso do Reino Unido existe uma certa concentração em Londres, em que se encontram 5 dos 15 cursos listados. (ver tabela 3).

Portanto, esse mapa nos possibilita concluir que os Estados Unidos mantem sua centralidade no que se refere ao universo dos MBAs. Se considerarmos a Inglaterra e os Estados Unidos juntos, esses representam quase 60% de todos os cursos listados pela *Financial Times* como os melhores do mundo em 2012, demonstrado a prevalência do

⁴⁴ Cambridge de Massachusetts, onde está localizada a Universidade de Harvard, em que foi criado o primeiro MBA no começo do século XX, como consta na seção dois dessa relatório.

ensino em gestão executiva, ao menos no que se refere ao modelo MBA, desses países em relação ao restante do mundo, mesmo considerando outros países desenvolvidos como é o caso do Canadá, com somente 5 cursos listados.

É ainda interessante notar que grande parte dos países periféricos que constam no mapa um como possuindo MBAs listados pelo ranking da Financial Times (ver também tabela 3) de 2012 possuem grandes economias (entre as 20 maiores do mundo) em termos de PIB no contexto da economia-mundo, são eles: Brasil, China, México, Índia, África do Sul. Outros países como Emirados Árabes e Cingapura possuem importância regional no que diz respeito a sua economia econômico e decisões políticas.

TABELA 3:
QUANTIDADE DE MBAs LISTADOS PELO RANKING GLOBAL DE MBAs DA
FINANCIAL TIMES DE 2012 POR PAÍS

País	Nº. de MBAs
Coreia do Sul	1
Itália	1
Bélgica	1
Holanda	1
Republica Checa	1
Irlanda	1
Costa Rica	1
Nicarágua	1
México	1
Índia	2
Austrália	2
França	2
Suíça	2
Brasil	2
Espanha	5
Canadá	5
Cingapura	6
Emirados Árabes	6
África do Sul	1
China	7
Inglaterra	15
EUA	57
TOTAL	121

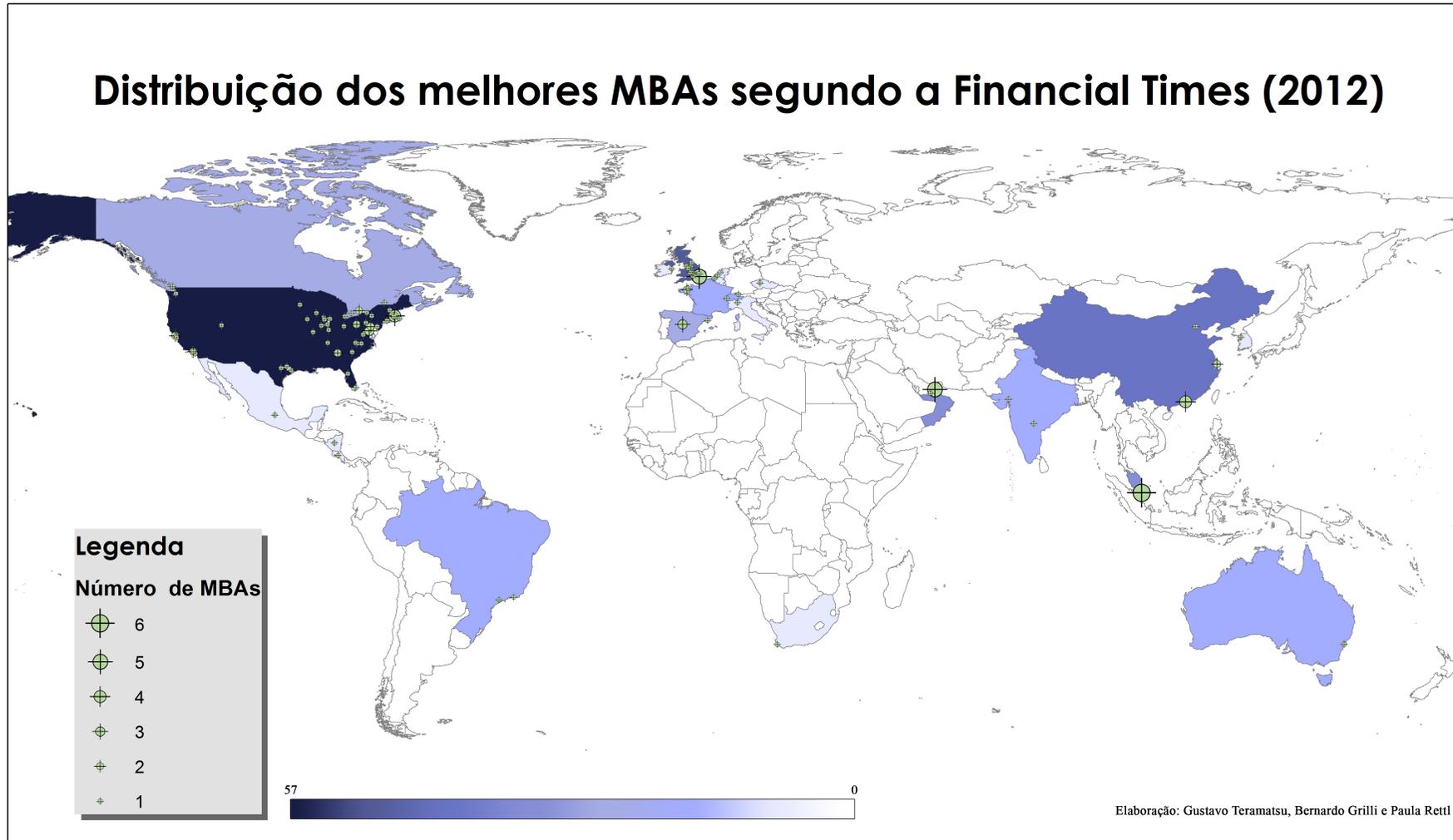
Já no mapa dois, referente ao território nacional, observamos que os cursos de MBAs estão concentrados sobretudo no Estado de São Paulo, em que estão localizados 17 cursos de MBAs. Em segundo lugar, observamos uma concentração no sudeste e, menos significativamente, no sul do país. No nordeste, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro observamos que os cursos de MBA considerados no universo dessa pesquisa estão presentes apenas nas capitais, isto é: Vitória, Salvador e Recife. O único estado que de fato possui uma densidade de MBAs importante fora da capital estadual é São Paulo, o que é importante de ser observado pois é um indicativo do dinamismo econômico e de fluxos de informação nesse estado.

É patente, por outro lado, a completa escassez de cursos de MBAs considerados aqui como relevantes para a qualificação de profissionais de gestão, no norte e centro-oeste do país. Outra questão interessante é a insignificância da concentração de MBAs nesses termos concentrados na cidade do Rio de Janeiro, o que corrobora a observação de Santos (2009b) de que essa cidade estaria em processo constante de perda de poder e influência nacional. Outro dado interessante é a escassez desses cursos de MBAs em Brasília, o que inferimos deve ser em função da primazia política e não econômica da capital federal, como argumenta Santos (2009b).

Já na escala intra urbana da cidade de São Paulo (mapa 3), percebemos que, como discutido anteriormente, as atividades quaternárias se arranjam em frações da cidade, que são justamente aquelas em franco processo de valorização. Essas áreas estão presentes na região sudoeste da cidade de São Paulo, justamente no eixo de maior desenvolvimento do centro corporativo, como já havia argumentado Silva (2001).

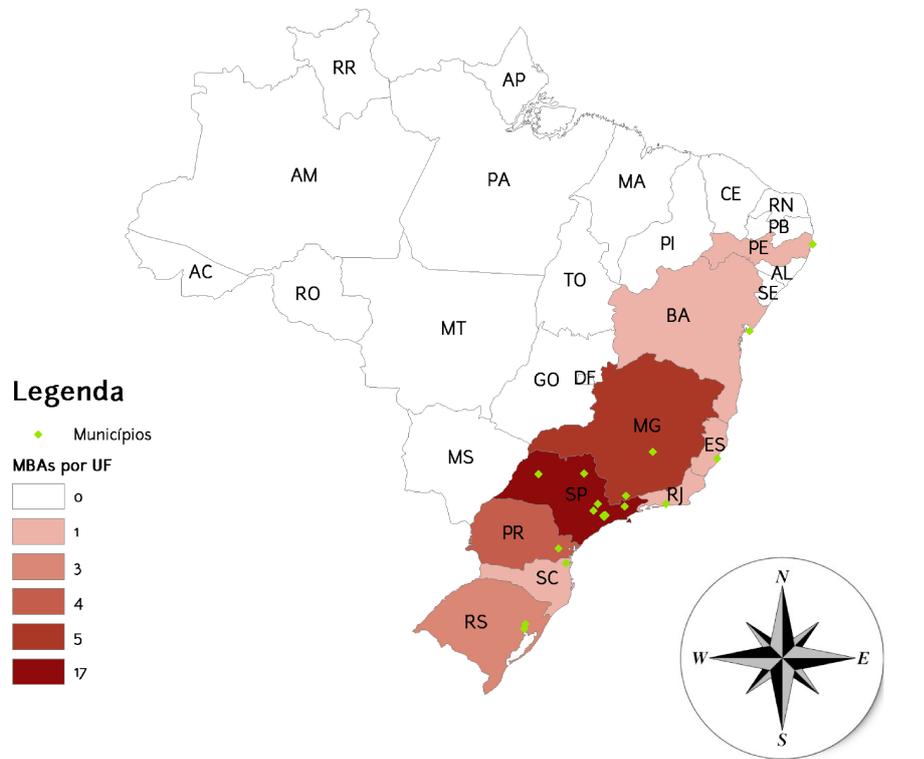
MAPA 1

Distribuição dos melhores MBAs segundo a Financial Times (2012)



MAPA 2

MBAS no território brasileiro



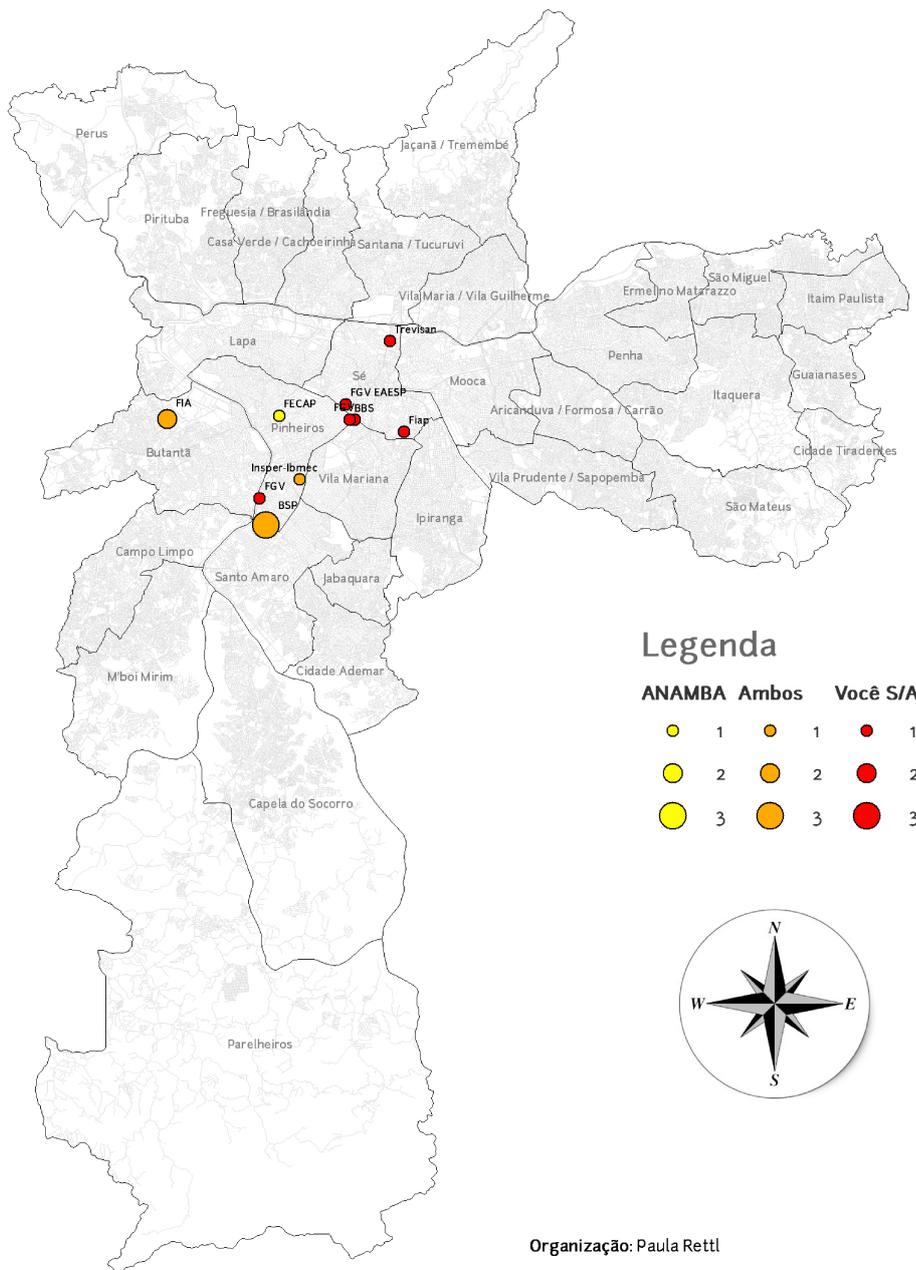
Organização: Paula Rettl

Elaboração: Gustavo Teramatsu

Dados espaciais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

MAPA 3

MBAAs na cidade de São Paulo



Organização: Paula Rettl
Elaboração: Gustavo Teramatsu
Dados espaciais: Centro de Estudos da Metrópole (CEM)

A análise multi escalar dos cursos de MBAs contribui para o entendimento da organização espacial da produção, difusão e processamento de informações produtivas. É nesse sentido que o conjunto dos mapas presentes nessa pesquisa demonstra que a cidade de São Paulo, em escala mundial, não representa um dos principais centros de MBAs, ao passo que em escala nacional sim. Contudo, o mapa municipal (mapa 3) revela que são apenas alguns pontos, organizados no eixo centro – sudoeste, que abrigam esses cursos. Nesse sentido, reafirmamos que São Paulo, também no que se refere aos cursos de MBAs, representa um centro periférico de difusão de um modelo americano, cumprindo portanto uma função de sub-comando na economia-mundo.

É portanto, pela análise multi escalar, que é possível compreender como de dá a concentração do poder, expressa nas atividades superiores quaternárias. Os MBAs, por difundirem um modelo de educação e de gestão hegemônicos, bem como por capacitar devidamente profissionais para ocuparem diferentes postos gerenciais, dos mais hierárquicos ligados à decisão, aos processuais, de transmissão dessas decisões, contribuem para a reprodução e sustentação dessa concentração espacial e social do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho buscamos discutir as relações entre qualificação do trabalho, divisão territorial do trabalho e escolas de negócios, em particular no que se refere aos cursos de MBAs. Entendemos que esses mestrados em administração fazem parte de um conjunto de práticas que são disseminadas com o avanço das fronteiras do mercado globalizado. Santos (2001) defende que o estabelecimento e reprodução da economia mundo se dá graças à unicidade técnica, a unicidade dos momentos e ao motor único, que seria, de forma simplificada, o motivo pelo qual se realizam as atividades econômicas capitalistas, isto é a realização do lucro e o crescimento constante das taxas de lucro.

Os MBAs, que em conjunto constituem um dos principais núcleos de formação de gerências, podem ser então entendidos como vetores de disseminação desse motor único e de técnicas de gestão para sua realização.

É interessante notar que a discussão realizada sobre a variável informação no capítulo um tem a função de contribuir para o entendimento de como esse motor único é difundido em diversas escalas, bem como de como esse é sustentado e reproduzido. A discussão realizada por Barreto (1994) contribui para esse entendimento no sentido de que demonstra que hierarquia e concentração de poder da economia-mundo está intimamente relacionada com a capacidade que diversos grupos têm de lidar com diferentes tipos de informação e de acessá-las. A discussão realizada por Dantas (2003) sobre a natureza híbrida da informação, isto é: material e imaterial, contribui para o entendimento de que a disseminação do referido motor único depende também de um domínio de ordem material sobre as redes e sobre pontos de estocagem de informação. Por fim, Silva (2001; 2009), ao discutir os diversos tipos de informação, adiciona a discussão que informações de acesso restrito conferem poder político àqueles que as dominam e produzem. É nesse sentido que compreendemos que o domínio sobre o acesso e a produção de informação é essencial à reprodução da hegemonia.

Como contribuição desse trabalho queremos ressaltar a discussão sobre a importância dos agentes da decisão, da elite informacional quaternária, para a produção, processamento e difusão de informações produtivas. Em função da revisão bibliográfica

realizada, consideramos que estudos nesse sentido, sobretudo na área da geografia são escassos. Dessa forma, propomos que estudos futuros considerem como um possível objetivo o de discutir a afirmação de Toffler (1980) sobre qual seria a classe que de fato conduziria a economia. Segundo ele, seriam os executivos que se encontram no topo da hierarquia das grandes multinacionais, fundos de pensões, bancos e empresas de consultoria, que constituiriam a classe política dominante e não os detentores do meio da propriedade material utilizada na produção.

Se a afirmação de Toffler (1980) é ou não coerente, consideramos que ainda seja uma questão em aberto. É preciso discuti-la e parte dessa investigação passa pelo que diferencia essa classe de grandes gerentes, presidentes e CEOs do restante da classe trabalhadora. Parte dessa diferenciação dá-se por meio do conhecimento adquirido em centros universitários, em cursos como os MBAs. Contel (2007), para citar apenas o campo do conhecimento da geografia, teve uma iniciativa importante nesse sentido ao estudar a internacionalização do ensino superior e suas implicações políticas. Concordando com esse autor, defendemos que é necessário criar grupos de estudo sobre o que viria a ser a geopolítica do conhecimento. Gostaríamos também de sugerir que pesquisas futuras sejam focadas em educação corporativa e de executivos em geral. É preciso entender, sob um ponto de vista crítico, o capitalismo contemporâneo e consideramos que o seu corpo gerente é parte fundamental para atingir esse objetivo.

É difícil estudar fenômenos recentes e em curso, mas necessário para que possamos também possuir alguma influência sobre a construção do futuro. Essa tarefa se torna ainda mais desafiadora quando há escassez de dados oficiais e de literatura sobre o tema específico para realização da pesquisa. Esse foi o caso desse trabalho. Contudo, se a sua realização foi possível, é em grande parte graças a pensadores que buscam sempre entender a totalidade a partir do particular. Esse também foi o objetivo desse trabalho ao inserir os cursos dos MBAs em questões mais amplas como a da compreensão da divisão territorial do trabalho a partir da variável informação e a emergência de um novo período do capitalismo.

Por fim, gostaríamos de expor uma reflexão mais direcionada à prática. Se a variável informação é central para a organização do período histórico contemporâneo e sua utilização vem sendo progressivamente complexificada, é preciso universalizar as condições do lidar com a informação, tanto no que se refere a acesso a informação

quanto à educação, que é responsável por conferir a capacidade de utilizar essa variável de forma complexa e emancipadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos, dissertações e teses:

ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais Latino-americanos: O papel das finanças. In: LEMOS, Amalia I. G. L.; SILVEIRA, Maria L.; ARROYO, Mónica. **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Edusp, 2006

ANTUNES, R. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários**. São Paulo: Boi Tempo, 2009.

BARRETO, A. de A. **A questão da informação**. São Paulo: Perspectiva. Vol. 8, nº4, p. 3-7, 1994.

BELL, D. O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1973.

CARR, N. G. **TI já não importa**. Harvard Business Review Brasil, Maio 2013.

CASTELLS, M. **The Informational city**: information technology, economic restructuring, and the urban-regional process. Oxford: Blackwell Publishers, 1991.

CASTELLS, M. **The information age**. Vol. I: The rise of network society: economy, society and culture. Massachusetts : Blackwell Publishers, 1996.

CASTILLO, R. **Sistemas orbitais e uso do território: integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro**. (tese) Doutorado em geografia humana. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.

CONTEL, F.; LIMA, M. C. Aspectos da internacionalização do ensino superior: origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual. **INTERNEXT – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 167-193, jul./dez. 2007.

CORRÊA, R. L. Os centros de gestão do território – uma nota. **Revista Território**, 1 (1): Rio de Janeiro, 1996.

CRUZ, J. F. P. **Percepção dos alunos sobre o impacto de curto prazo dos cursos de MBA em suas carreiras**. (dissertação) Mestrado em administração de empresas. Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2013

DANTAS, M. **Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. *Lua Nova*[online], n.60, pp. 05-44. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 2003.

GOLDRATT, M. E. **Corrente Crítica**. São Paulo: nobel, 2006.

GORZ, A. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004 (1997).

- GORZ, A. **O imaterial** – conhecimento, valor e capital. São Paulo: annablume, 2005.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, Octavio. **Globalização: novo paradigma das ciências sociais**. Estudos avançados 8(21), 1994.
- ISNARD, H. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almeida, 1982.
- LE GOFF, J. **Por amor às Cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Fundação Editora, UNESP, 1998.
- LENCIONI, S. **Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar**. Reflexões a partir do caso de São Paulo. Revista Geografia Norte Grande, 39: 7 – 20, 2008.
- LÉVY, P. **A revolução contemporâneo em material de comunicação**. Porto Alegre: FAMECOS nº 9, 1998.
- LOJKINE, J. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MARX, K. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Volume I, Livro Primeiro, tomo 1. São Paulo: abril cultural, 1983.
- MALIN, A. B. **Economia e Política de informação: novas visões históricas**. São Paulo: Perspectiva. Vol 8, nº 4, p. 9 – 18, 1994.
- MATTELART, A. **A Globalização da Comunicação**. Bauru: Edusc, 2000.
- MATTELART, A. **Comunicação-mundo: histórias das idéias e das estratégias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- MATTELART, A. **História das teorias da comunicação**. 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MATTELART, A. **Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação**. In: Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, Salvador, pp.1-22, 2005. [online] Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/>.
- MINTZBERG, H. **Managers not MBAs: a hard look at the soft practice of managing and management development**. San Francisco: Berret-Koehler Publishers, 2003.
- MUDAMBI, R. Location, control and innovation in knowledge intensive industries. **Jornal of Economic Geography** 8, pp. 699 – 625. Philadelphia: Tample University press., 2008.
- ORTEGA Y GASSET, J. **Meditação da técnica: vicissitudes das ciências, cacofonia da física**. Rio de Janeiro: Livro ibero-americano limitada, 1963.
- PERELMAN, M. **Class warfare in the information age**. New York: St. Martin's Press, 1998.

- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, M. **Da Política dos Estados à Política das Empresas**. In Cad. Esc. Legisl., v.03, n^o 06, Belo Horizonte, pp. 09 – 23, 1997.
- SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. São Paulo: Ed. abmes, 2000.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, M. Região: Globalização e Identidade. In: LIMA, Luiz Cruz. **Conhecimento Reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: Eduece, 2003.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** (1996). São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, M. **O Espaço do cidadão** (1987). São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional** (1994). São Paulo: Edusp, 2008a.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1^a ed. 1^a reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira (1993)**, 5^a ed., 2^a reimpr. - São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009a.
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade: o Caso de São Paulo** (1994). 2^a ed. São Paulo: Edusp, 2009b.
- SASSEN, S. Mais poderosas que as nações (entrevista). **Exame Ceo**, Abril 2013, ed. 14, p. 26 – 30. Ed. São Paulo: Ed. abril, 2013.
- SILVA, A. M. B. **A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SILVA, A. M. B. **A Cidade de São Paulo e a Produção de Informação: Contribuições à Pesquisa e ao Debate**. In: Anais do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SINPURB, 2009.
- WOOD JR., T.; DE PAULA, A. P. P. **Pop-Management: MBAs no Brasil**. São Paulo: FGV, Relatório de Pesquisa n^o 25/2002.
- TOFFLER, A. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record e Serviço de Imprensa, 1980.
- TOMELIN, M. **O Quaternário: seu espaço e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Sites consultados:

ANAMBA: www.anamba.com.br

Financial Times: www.ft.com

Você S/A: www.exame.abril.com.br/revista-voce-sa/

Enciclopédia Britannica: www.global.britannica.com

Exame: www.exame.com.br

MEC: www.mec.gov.br

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio:
www.portal.gov.br

AMBA: Association of MBAs: <http://www.ambaguide.com>

ANEXOS



Os melhores cursos de 2009

Neste ano, o *Guia VOCÊ S/A – Os Melhores MBAs no Brasil*, em sua décima edição, classificou 106 cursos em 21 cidades do país

NOME DA ESCOLA	NOME DO CURSO	VALOR DO CURSO ¹ (em reais)	DURAÇÃO EM HORAS ² (aulas presenciais)	IDADE MÉDIA ³ (em anos)	EXPERIÊNCIA GERENCIAL ⁴ (em anos)	ÍNDICE DE QUALIDADE ACADÊMICA ⁵ (IQA)
MBA EXECUTIVO						
1º Eaes-p-FGV (SP)	ONE MBA	112 000,0	624	35	12	8,99
2º FIA (SP)	MBA Executivo Internacional	67 230,00	500	39	12	8,19
3º FDC (MG)	Executive MBA Empresarial	43 835,00	365	38	10	8,12
3º Insper – Ibmec (SP)	MBA Executivo	54 220,00	610	36	6	8,12
4º FIA (SP)	Gestão Empresarial	37 640,00	766	35	7	7,89
4º FGV (SP)	MBA em Gestão Empresarial	24 286,00	450	34	10	7,89
5º Ibmec (RJ)	MBA Executivo em Gestão de Negócios	24 800,00	396	34	7	7,30
6º Esic (PR)	MBA Executivo em Gestão Empresarial	14 180,40	600	35	5	7,28
7º Ibmec (MG)	MBA Executivo	18 500,00	385	35	3	7,18
8º Fundace (SP)	MBA Administração de Organizações	14 490,00	434	30	4	7,11
8º Unifei (MG)	MBA Unifei	8 910,00	540	32	3	7,11
9º Unifacs (BA)	MBA em Administração	7 840,00	700	32	5	7,06
10º BSP (SP)	Executive MBA	39 613,13	640	37	8	6,99
11º BBS (SP)	MBA Executivo	35 100,00	504	30	5	6,98
12º BSP (SP)	MBA Executivo	34 937,50	570	32	6	6,92
13º BSP (SP)	MBA Executivo em Estratégia Empresarial	26 208,50	522	32	4	6,78
14º Cedepe Business School (PE)	MBA Executivo em Gestão Empresarial	19 740,00	640	33	9	6,55
15º Estação Business School (PR)	MBA Executivo	16 758,00	528	37	8	6,47
16º Unitau (SP)	MBA Gerência Empresarial	7 790,00	700	27	3	6,44
17º Fucap Business School (ES)	MBA em Gestão de Negócios	11 800,00	360	34	5	6,40
18º Unisinos (RS)	MBA em Gestão Empresarial	12 290,00	423	32	4	6,37
19º Fiap (SP)	MBA em Administração de Negócios	11 716,00	368	34	4	6,33
20º INPG/Sustentare (SC)*	MBA Empresarial	14 160,00	540	33	4	6,32
21º FAE (PR)	MBA em Planejamento e Gestão de Negócio	9 660,82	440	28	4	6,30
22º Universidade Positivo (PR)	MBA Executivo em Direção Estratégica	11 925,00	500	35	6	6,26
23º Trevisan (SP)	MBA Executivo	20 720,00	360	30	6	6,21
24º Prudente de Moraes (SP)	MBA Executivo	9 540,00	460	32	6	6,17
25º Ibmec (RS)	MBA em Gestão Empresarial	8 406,00	360	35	5	6,00
26º Iatec (MG)	MBA em Gestão de Negócios	13 462,00	360	30	7	5,98
27º Unioleado (SP)	MBA em Gestão Empresarial	9 500,00	400	33	3	5,94
27º Metrocamp (SP)	MBA em Gestão Estratégica de Empresas e Negócios	6 972,00	370	30	6	5,94
28º UNA (MG)	MBA em Gestão Estratégica de Negócios	9 130,00	380	35	5	5,68
MESTRADO PROFISSIONAL						
1º Eaes-p-FGV (SP)	Mestrado Profissional em Administração	77 184,00	576	33	9	8,77
2º FGV (RJ)	Mestrado Executivo em Gestão Empresarial	36 280,00	800	33	10	8,45
3º Ibmec (RJ)	Mestrado Profissionalizante em Administração	44 000,00	495	35	10	7,90
4º Unitau (SP)	Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional	19 080,00	645	30	7	7,11

(1) Preços informados em outubro de 2009. Algumas escolas já estão com preços válidos para 2010; (2) Inclui aulas presenciais na escola; (3) Faixa etária média dos alunos; (4) Média de experiência dos alunos em cargos de liderança; (5) Nota final do curso (veja quadro Como é Feito o Guia) / *A parceria INPG/Sustentare foi desfeita em agosto de 2009. Depois disso, os cursos da Sustentare não terão mais a assinatura do INPG.